

A PERSPECTIVA ARGUMENTATIVA DO OPERADOR “MAS” SOBRE O MST NO JORNAL ZERO HORA

JUAREZ PAULO BRAGA ZAMBERLAN

Artigo científico apresentado ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo como requisito para aprovação na Disciplina de TCC I, sob orientação do Prof. Elias José Mengarda (presidente/orientador) e avaliação dos seguintes docentes:

Prof. Elias José Mengarda
UFSM
Orientador

Prof^a. Kelly Cristini Granzotto Werner
UFSM

Jornalista Ari João Anschau
MsC UNIJUI

Prof^a Cláudia Letícia de Castro Amaral
UFSM
(Suplente)

Frederico Westphalen
Junho 2011

A perspectiva argumentativa do operador “mas” sobre o MST no jornal Zero Hora

RESUMO

A pesquisa apresentada analisa publicações do jornal Zero Hora, relacionadas com a “questão agrária”, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Com metodologia fundamentada nos conceitos da Pragmática Linguística, foram analisadas as ocorrências do operador argumentativo “mas”. O *corpus* pesquisado concentra-se nos textos do jornalista Carlos Wagner (dezesseis ocorrências), mesclando-se com outros (nove ocorrências), que supostamente representam a opinião do jornal. Com base no esquema “P mas Q”, idealizado por Ducrot (Maingueneau, 1997, p.166), acrescidos de sensibilizações do contexto, polifonia e possíveis implicaturas relacionadas na pesquisa, conclui-se que, na maioria das ocorrências, o “mas” tem objetivo de levar o interlocutor a conclusão em sentido divergente do enunciado básico proposto pelo Locutor. Apesar da radicalização que a “questão agrária” provoca na sociedade e na imprensa, e os diversos interesses em torno, pode-se concluir que Zero Hora contribui para fomentar ou consolidar o (pré) conceito de ilegalidade e/ou marginalidade atribuídos ao MST e à luta pela reforma agrária.

Palavras-chave: Textos MST; Operador mas; Ideologia.

1 INTRODUÇÃO

A região norte do Rio Grande do Sul é o berço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Foi em Encruzilhada Natalino (na estrada que liga Passo Fundo a Ronda Alta) que nasceu o MST na década de 80. Agricultores expulsos de áreas indígenas, aliados a religiosos progressistas e lideranças sociais acamparam próximo à fazenda Annoni, forçando sua desapropriação para fins de reforma agrária. Desde então, o MST tem uma trajetória que vai da empolgação a um relativo descrédito político. Para tal, contribuem as políticas de comunicação desenvolvidas pelos apoiadores e opositores ao movimento. A dureza desse embate ideológico persiste. O MST, mesmo sendo um destacado movimento social da atualidade, com repercussão e apoios no mundo todo, enfrenta forte resistência das forças conservadoras dentro e fora do país, sustentada nos meios de comunicação social.

Instituições ligadas aos direitos humanos afirmam que, no período que Yeda Crusius (PSDB), governou o Rio Grande do Sul (2007-2010), desenvolveu-se clara tentativa de criminalização dos movimentos sociais, especialmente o MST, símbolo da luta dos pobres contra os ricos. Para isso, os meios de comunicação tiveram atuação determinante, uma vez que as ideias se espalhavam através de jornais, rádios e TV.

Com base nas matérias do jornal Zero Hora sobre o tema da reforma agrária (“questão agrária”, no dizer do jornal), especialmente as relacionadas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, a amostra selecionada busca examinar o discurso de ZH e possíveis elementos de linguagem que indicam alinhamento (ou não) às teses favoráveis ou contrárias à reforma agrária no geral e ao MST, em especial. O texto individual e o discurso social, afirma Fiorin (2005, p. 41). Buscar-se-á mostrar a possível tendência dos profissionais que atuaram no jornal, na época do objeto pesquisado.

Destacar e analisar o operador argumentativo que Ducrot considera o “operador argumentativo por excelência”: o morfema *mas* (apud Koch, 2002, p. 105), confrontá-lo com conceitos da Pragmática lingüística e ideologias que circundam a pauta da reforma agrária é intenção da pesquisa. Do resultado da análise, tentar identificar possível tendência favorável ou contrária no embate surdo da reforma agrária, que se trava nas sociedades gaúcha e brasileira.

2 TEORIA DA ENUNCIÇÃO

O precursor da Teoria da Enunciação foi o russo Bakhtin (1895-1975), impulsionada pelos estudos da subjetividade da língua e o aparelho formal da enunciação, feitos pelo linguista francês Benveniste (1902-1976). Koch define esse conceito:

A Teoria da Enunciação tem como postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a *enunciação* – ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isto porque as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito (KOCH, 1992, p. 13-14).

A mesma autora sintetiza o conceito acima descrito, dizendo que “a par daquilo que efetivamente é dito, há o *modo como* o que se diz é *dito*: a enunciação deixa no enunciado *marcas* que indicam (“mostram”) a que título o enunciado é proferido”.

Maingueneau (1997, p. 160), por sua vez, afirma que “as teorias linguísticas da argumentação são cruciais para a AD, porque liberam estratégias argumentativas tão discretas e sutis quanto eficazes, porque questionam o enunciador e o co-enunciador”. Na sequência, traz ao debate a questão do implícito, o qual serve de suporte à argumentação: “o implícito

não é uma lacuna [...] que, deveria ser explicitável, mas constitui uma dimensão essencial da atividade discursiva”.

2.1 Pragmática da Comunicação

Fiorin (2006, p. 169) afirma que a Pragmática busca descobrir os diferentes sentidos que pode ter em uma frase. Para tanto, utilizar-se-á, segundo Moeschler (apud Fiorin, 2006, p. 167), de “três domínios de fatos lingüísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos lingüísticos: os fatos de enunciação, de inferências e de instrução.” Categorias argumentativas como dêiticos, enunciados performativos, conectores, negações, advérbios de enunciação, contexto, implicatura, significação, sentido, instrução, entre outros, são introduzidos pela Pragmática para “explicar a interpretação completa dos enunciados.”

Desta forma, esse ramo da lingüística busca estudar a estrutura da linguagem e seu uso, porque na troca verbal se comunica “mais do que as palavras significam.” Na pergunta exemplo, *Você tem fogo?* subentende-se não apenas o desejo de saber se o indagado possui um objeto que tenha a propriedade de atear fogo, mas se espera que o interlocutor empreste esse objeto para acender um cigarro. Seria inadmissível a simples resposta *Tenho* sem que algum objeto incendiário fosse passado ao Locutor. Do contrário, se a mesma pergunta fosse feita entre pessoas que manuseiam combustível inflamável, implicaria dizer que, em hipótese alguma, o objeto poderia ser acionado.

Essa teia de significação *versus* sentido, a princípio, poderia ser comparada a um jogo de truco, onde a esperteza e vivacidade do jogador é condição para a vitória. Não deve ser vista desta forma, embora Maingueneau (2007, p.164) afirma que “somos constantemente levados a falar de “sentido pretendido pelo locutor”, de “estratégias”, de “manobras”, etc., dirigidas para o destinatário”. Aconselha não desprezar essas formulações nem considerá-las em seu sentido estrito. A enunciação não é representada por “uma partida de xadrez onde cada jogador calcula com toda a lucidez como vencer o seu adversário.”

2.2 Enunciação e Argumentação

A argumentação pode ser realizada da maneira tradicional, fundada na equação dialética: tese confrontada com antítese resulta em síntese. Porém, em breves enunciados também é possível captar a intenção argumentativa do locutor. A seguir, as categorias de

operadores argumentativos, descritos por Koch (2006, p. 31-39): *a*) Operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão: até, mesmo, até mesmo, inclusive; *b*) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: e, também, ainda; *c*) Operadores que introduzem uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores: portanto, logo, por conseguinte; *d*) Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: ou, seja, ou então; *e*) Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: mais (menos) que, tão...como; *f*) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: porque, que, já que, pois; *g*) *Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: mas (porem, contudo, todavia, no entanto), embora (ainda que, posto que, apesar de).* (Grifo do autor); *h*) Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: já ainda, agora; *i*) Operadores que se distribuem em escalas opostas (afirmação total e negação total): quase, apenas.

As diversas categorias desempenham funções argumentativas específicas.

2.3 Metáfora da balança “P MAS Q”

O grifo acima destaca o operador objeto deste estudo. Ducrot recorre à metáfora da balança para explicar o funcionamento do *mas*: o locutor coloca no prato A um ou mais argumentos que apontam para uma conclusão R, não se engajando, podendo esses ser atribuídos a outros enunciadores (terceiros, grupo social, etc.). No prato B, coloca um ou mais argumentos de sua preferência, fazendo a balança definir-se por esse prato. Nesse processo há cruzamentos de diferentes vozes, denominado polifonia, que influenciam, mas não é foco principal da presente pesquisa.

Operadores argumentativos, diferentemente dos conetivos, podem ligar enunciações com proposições e até indicar elementos da situação extralinguística e (ou) reação não dita que o locutor atribui a si mesmo ou ao destinatário.

Veja o exemplo: na locução *Ronaldo está gordo, mas traz felicidade à torcida do Timão*, pode-se inferir que a um jogador de futebol não é permitido o sobrepeso (enunciado 1). Da mesma forma, ao afirmar que o jogador de futebol está acima do peso ideal, induz o interlocutor a pensar que ele deveria ficar no banco de reservas, ou encerrar sua carreira (Enunciado 2). O operador argumentativo *mas*, no exemplo, introduz outras conclusões: que

apesar do sobrepeso, Ronaldo ainda joga bonito, pode decidir uma partida em apenas um lance, levando a torcida ao delírio (conclusão 1). Também, ao fazer a torcida feliz, Ronaldo enche os cofres do Corinthians (Timão), porque torcedor feliz investe no seu time, compra camisetas, vai ao estádio, torna-se sócio, enfim, compromete o torcedor.

Nesse exemplo, os enunciados E1 e E2 são contrários as conclusões C1 e C2, porém com peso argumentativo menor, levando os destinatários da locução a concluir que o excesso de peso de Ronaldo não é mais importante do que as alegrias que ele, mesmo gordo, pode trazer. Isso só foi possível linguisticamente graças ao operador argumentativo *mas*, que aliado ao contexto da enunciação – o ambiente do futebol – direciona o destinatário à conclusão contrária a primeira ideia do enunciado.

2.4 Ideologia da notícia

Ao contrário do que ocorria em tempos recentes, hoje se vê, nas emissoras de televisão brasileira, propaganda de operadoras de telefonia celular afirmar que “não existe aparelho de graça”. Em Brasília, capital federal é comum o dito popular: “não existe almoço grátis”, prevenindo políticos e negociadores de que a conta, cedo ou tarde, será apresentada, na forma de troca de favores. Da mesma forma, os textos jornalísticos não pretendem ser inocentes.

A notícia, em especial, passa por vários filtros até chegar ao destinatário (leitor/ouvinte/telespectador). Primeiramente, a captura da realidade dos fatos é feita sob a ótica do repórter, consideradas aí toda carga emocional e psicológica de sua formação profissional, cultural e moral. Na correia de transmissão da notícia, chega-se ao supervisor ou editor, que pode realizar corte, levando em conta os interesses empresariais do meio.

A mesma notícia: “João da Silva é acusado de desvio de dinheiro público”, será divulgada de forma diversa se João da Silva é um empreiteiro de pequenas obras ou sócio de um grande grupo empresarial do porte da Gerdau ou Camargo Correa, por exemplo. Os dois últimos podem ser patrocinadores ou compradores de espaço no meio jornalístico, o que faz a hierarquia organizacional “aliviar a pressão.” Fiorin (2005, p.77-78) escreve que “a análise do discurso deve desfazer a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso. Ele é antes servo da palavra, uma vez que temas, figuras, valores, juízos, etc. provêm das visões de mundo existentes na formação social.”

Mesmo não sendo diretamente o objetivo desta análise, é conveniente atentar para o que diz Fiorin sobre valores e estereótipos:

O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos – com a linguagem e graças a ela – certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais. Figuras como “negro”, “comunista”, “puta” têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras como “branco”, “esposa” estão impregnadas de sentimentos positivos. Não devemos esquecer que os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social (FIORIN, 2005, p. 55).

No mesmo sentido, Fiorin amplia o conceito de ideologia, relaciona-a com a ciência, explicando a relação entre conhecimento e classes:

[...] não há um conhecimento neutro, pois ele sempre expressa o ponto de vista de uma classe a respeito da realidade. Todo conhecimento está comprometido com os interesses sociais. Esse fato dá uma dimensão mais ampla ao conceito de ideologia; ela é uma “visão de mundo”, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí, podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais. [...] Dessa forma, verificamos que não há, como queriam muitos autores, uma separação entre ciência e ideologia, pois esta, mesmo tomada no sentido de “falsa consciência”, constrói-se a partir da realidade, só que de suas formas fenomênicas. Cada uma das visões de mundo apresenta-se num discurso próprio (FIORIN, 2005, p.29-30).

Sendo assim, ao parafrasear Galeano (2008) que afirma “*no hay ninguna riqueza inocente: toda riqueza se nutre de alguna pobreza...*”, pode-se dizer que não existe texto inocente, já que este resulta dos inúmeros fatores que “fazem a cabeça” do locutor.

3 GÊNEROS TEXTUAIS

Um conceito de gênero textual pode ser explicado por determinados tipos de textos de natureza distinta, literários ou não-literários. As modalidades discursivas constituem as estruturas e as funções sociais (narrativas, discursivas, argumentativas) utilizadas para organizar a linguagem. Entre os exemplos de gêneros textuais podem ser citados: notícias, crônicas, editoriais, ensaios, entrevistas, anúncios, convites, avisos, programas de auditórios, bulas, cartas, cartazes, obras de teatro (comédias, dramas, tragédias), contos, novelas, contratos, decretos, discursos políticos, histórias, instruções de uso, poemas, letras de música, leis, mensagens.

O conjunto de textos similares em toda a geografia mundial têm público e função específica, com determinadas características, que permitem identificar aspectos da textualidade, tais como impessoalidade, coerência e coesão textuais, técnicas de argumentação.

3.1 Gêneros jornalísticos

Os gêneros jornalísticos podem ser identificáveis pela mídia onde estão inseridos: jornal revista, portal de notícias, *blog*, *sites* oficiais. Têm como função divulgar informações relevantes, de preferência no menor tempo da ocorrência (atualidade). Isso faz com que esses textos tenham vida curta, pois “a fila anda” e a vida continua. Geralmente são apresentados por seções ou editoria: internacional, local, política, esportes, polícia, cultura, economia, *teen*, sociais, etc. A tipologia é dinâmica e variável, sendo facilmente adaptável ao novo público destinatário. Nesse particular, recentemente podem ser citadas as ditas minorias (homossexuais, mulheres, negros, jovens) ou categorias profissionais (médicos, arquitetos, comerciantes de automóveis) e consumidores de novas tecnologias.

Nesse sentido, Citelli escreve:

[...] com as mudanças tecnológicas e sociais do mundo contemporâneo, o discurso jornalístico sofreu forte diversificação e passou a ser exercitado de maneira segmentada, atendendo a públicos distintos, com interesses diversificados e que podem dizer respeito aos interessados no mercado financeiro, no campo da informática, da educação, da medicina. Daí publicações dirigidas diretamente para mulheres, homossexuais, negros, professores, etc. Em grau menor, essa segmentação é verificada no interior dos jornais, revistas ou telejornais: seções como esportes, polícia, economia – ou os editoriais – possuem particularidades que acentuam ou distendem procedimentos persuasivos (CITELLI, 2007, p. 76-77).

Os gêneros jornalísticos também têm subdivisões: *a) Gêneros informativos*, nos quais se incluem as notícias, notas, reportagens e entrevistas; *b) Gêneros opinativos*, que têm como característica principal a subjetividade e as opiniões de jornalistas, editores e colaboradores, tais como editoriais, comentários, artigos, resenhas ou críticas, colunas, cartas, crônicas; *c) Gêneros utilitários ou prestadores de serviços* destinam-se a dar conhecimento ao público de determinados serviços ou utilidades. Entre estes estão o obituário, nascimentos, casamentos, indicadores, campanhas, “ombudsman”, educacionais (testes e apostilas); *d) Gêneros ilustrativos* ou visuais introduzem o tempero que, às vezes, falta ao texto, para prender a atenção do leitor ou receptor. Fotografia, caricatura, gráficos, tabelas, quadros demonstrativos

e ilustrações são os tipos mais comuns. Com a popularização do audiovisual, esse gênero não é mais privilégio de materiais impressos; e) *Propaganda*, que pode ser classificada de comercial, institucional e legal; f) *Entretenimento*, muito comum nos tempos atuais, vem tendo cada vez mais aceitação de públicos específicos: passatempos, jogos, história em quadrinhos, folhetins, palavras cruzadas, contos, poesia, piadas, charadas, horóscopo, resumo de novelas e fofocas do mundo artístico.

3.1.1 Notícia e reportagem

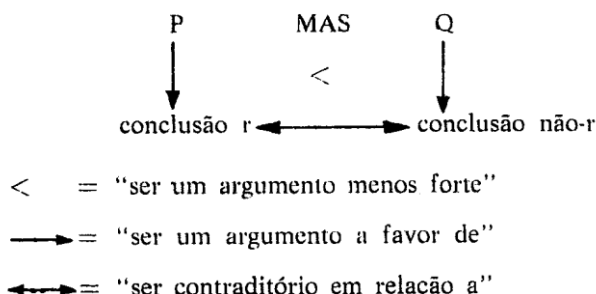
Dos informativos, interessa-nos abordar a notícia e a reportagem. Kaufmann e Rodriguez (1995, p.26) definem *notícia* “como unidades informativas completas”, com a totalidade de informações para o receptor compreender de imediato a “novidade”, sem socorro em outros textos do passado ou presente, em outro ou no mesmo veículo. Deve ser redigida seguindo técnicas próprias, como o *lead*, que gira em torno de perguntas: que?, quem?, como?, quando?, por quê?, para quê?, e a pirâmide invertida, com informações mais importantes no início para finalização com os detalhes. As notícias, redigidas na terceira pessoa, devem apresentar-se de forma objetiva e verídica.

Como reportagem, entende-se uma variedade de texto jornalístico, com trama conversacional que, para informar sobre determinado tema, busca apoio no “testemunho de uma figura-chave”. Principia com a rápida apresentação descritiva do entrevistado, seguida do diálogo com perguntas breves e concisas, permitindo ao entrevistado a divulgação de suas ideias. O entrevistador deve abster-se de manifestar opinião na reportagem.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Mainueneau (1997, p. 166-167) determina o método utilizado nesta pesquisa. O autor diz que “*mas*” desperta interesse especial por conta de sua frequência e ligação com o implícito. Apesar da existência de dois tipos de *mas*: o primeiro de refutação, com origens no alemão *sondern* e no espanhol *sino*, o foco está na pesquisa do segundo *mas*, de argumentação, de ligação entre atos distintos, simbolizado na equação idealizada por Ducrot, “P mas Q”, na qual P é apresentado como base para a conclusão R, mas o argumento mais forte é trazido por Q, forçando a conclusão não-R. Ducrot aperfeiçoou esta sua análise dizendo que o locutor apenas negligencia o primeiro argumento para escolher o segundo,

atribuindo-lhe maior força argumentativa como “justificação desta decisão”, conforme o esquema:



E arremata: “na análise que considerava a “força argumentativa”, dizia-se que *mas* colocava Q como mais forte; na versão mais recente, *mas* não estabelece diretamente relação entre P e Q, apenas coloca P como “negligenciável”, derivando a força maior de Q.”

O suporte no implícito fica claro no exemplo utilizado pelo autor: “*Ele é de esquerda, mas inteligente*”. Leva a concluir que não existiriam, segundo a posição ideológica do locutor, pessoas inteligentes na esquerda ou que, ser de esquerda é demonstração de falta de inteligência (burrice), ou ainda, inteligência (esperteza) é condição natural dos que se posicionam ideologicamente de direita.

4.1 *Corpus*

Como o objetivo da pesquisa é analisar o operador argumentativo *mas* em textos do jornal Zero Hora, inicialmente foram examinadas todas as publicações do jornal sobre o MST no primeiro semestre de 2009. Sendo o jornalista Carlos Wagner um profissional que acompanhou o nascimento, ascensão e, segundo ele, início da queda do MST, decidiu-se focalizar o estudo nos textos desse jornalista, escalado para atuar em épocas que o Movimento age externamente, como invasões, protestos, comemorações, Abril Vermelho, e outros. Para tanto, alargou-se o tempo da pesquisa, selecionando-se mais dois textos de Wagner¹, sendo um de agosto de 2009 (anexo F) e o último de abril de 2010 (anexo G).

¹ Disponível em:

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Geral&newsID=a2626211.xml> ; e,
<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2873296.xml&channel=13&tipo=1§ion=Geral>

Com a intenção de fazer um cruzamento entre textos de Carlos Wagner e de outros profissionais que atuam no jornal Zero Hora, foram selecionados mais seis textos, publicados em meses que não havia a ocorrência de textos de Carlos Wagner, também do primeiro semestre de 2009. Ao fim e ao cabo, foram examinados (ver Apêndice) cinco textos de Carlos Wagner, sendo a reportagem especial de 17/05/2009, em conjunto com o jornalista Humberto Trezzi, mais quatro textos avulsos do Zero Hora, onde um é denominado “Opinião ZH” e outro a “Página 10”, de Rosane Oliveira, que, de certa forma, é a “cara” da Zero Hora, quando o assunto é política.

Nas transcrições encontradas no Apêndice A, são grifadas vinte e cinco ocorrências do operador argumentativo “mas”. Nele está o elemento central da presente análise, seguida da contextualização dos fatos que poderiam ter levado o ZH a pautar o tema.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao aplicar o esquema argumentativo “p MAS q”, busca-se identificar o “argumento menos forte”, “a favor de” ou “contraditório em relação a” proposições do locutor, conforme referencial teórico, sendo “E1” = primeiro enunciado; “E2” = segundo enunciado; “R” = conclusão r, ou razoável; e “~R” = conclusão não-r, ou em sentido diferente do “razoável”:

No país vizinho, há dezenas de movimentos de sem-terra e cada um deles com uma linha política. *Mas* (Anexo A) há uma coisa comum a todos: não gostam de brasileiros. Seja ele rico, pobre ou miserável. **P < Q**

E1: Os movimentos de sem-terra são dezenas (uma ou dez?) e desunidos politicamente.

E2: Como em tudo, no Paraguai há muita desorganização.

R: Sendo divididos e desorganizados, é fácil combatê-los e derrotá-los.

~R: A unidade resume-se a uma questão: detestar brasileiro, rico, pobre ou miserável.

GATILHOS ENUNCIATIVOS: São possibilidades de enunciação vinculadas ao contexto em que estão implicados locutor e interlocutor²:

- Ao contrário do Brasil, no Paraguai o MST é dividido;
- Se o MST é tido como modelo de movimento social no mundo, seria razoável aos movimentos do Paraguai, se espelhar na sua organização, ao invés de detestar brasileiros, inclusive os miseráveis. Não há diferença em ser miserável no Paraguai, no Brasil ou em qualquer outro país da América do Sul. Miseráveis ou não, em cidades fronteiriças, muitas pessoas cruzam a divisa em busca de trabalho;

² Nas páginas seguintes, considerar como repetida essa frase, após a expressão Gatilhos Enunciativos.

- A idéia do MST brasileiro se unir e apoiar os paraguaios, na luta pela revisão do contrato de fornecimento de energia pela Itaipu Binacional é totalmente inviável;
- Essa união seria mais um erro estratégico da atual direção do MST.

Agora existe ao redor do presidente paraguaio, o ex-bispo Fernando Lugo, pessoas que viveram no Brasil e que aqui perfilaram-se ao lado de organizações populares, incluindo o sem-terra.” *Mas* (Anexo A) a questão agrária do Paraguai continua a mesma. Tem pouco a ver com a carência de terra e muito com uma equação política bem complicada. **P < ---- > Q**

E1 – A eleição de Fernando Lugo levou ao governo paraguaio pessoas que militaram (“perfilaram-se”) nos movimentos sociais brasileiros, inclusive no MST.

E2 – O novo governo e esses assessores teriam condições de encaminhar a solução das “dezenas” de movimentos de sem-terra no Paraguai.

R – Ao contrário do esperado, pouco ou nada mudará no Paraguai.

~R – a questão agrária continua sem solução no Paraguai, embora haja abundância de terra.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Para os movimentos sociais, inclusive os agrários, a eleição do ex-bispo Fernando Lugo não altera em nada. Tanto faz ser progressista ou conservador, ditador ou democrático, o povo miserável continuará sofrendo;
- Não acredite em políticos;
- A “equação política bem complicada”, impeditivo da reforma agrária, não foi esclarecida. Sequer foi nominada;
- Sendo a “questão política bem complicada” apenas falta de unidade, em caso de entendimento haveria reforma agrária? As terras paraguaias continuariam sendo plantadas por estrangeiros, incluídos os brasileiros?

Não houve festa. *Mas* (Anexo B) a direção gaúcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está apontando a desistência do promotor Gilberto Thums de enfrentar politicamente a organização como a primeira vitória do Abril Vermelho – mês usado para demonstrações públicas contra a política agrária do governo federal. **P < Q**

E1 – Embora fosse comemorável, a festa não foi realizada.

E2 – É costume o MST festejar as vitórias e datas marcantes.

R – A saída do promotor Thums do cenário de combate representa uma vitória.

~R – A não realização da festa seria porque o resultado alcançado é mais decisão pessoal do promotor que fruto da luta pela terra e por educação diferenciada.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Abril é mês de manifestações fortes do MST.
- A festa deveria ter sido feita.
- A não realização de festa indica enfraquecimento da direção do MST.
- Realizar festa seria acirrar ainda mais os ânimos contra as causas do MST.
- Falta conquistar ainda a autorização para funcionamento das escolas itinerantes.

Nos últimos meses, a Polícia Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificaram e reprimiram contratos ilegais entre granjeiros e assentados nos municípios de Viamão, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita. *Mas* (Anexo C) a prática está espalhada pelo estado. **P < Q**

E1 – Contratos ilegais de arrendamento entre granjeiros e assentados são reprimidos pelos órgãos fiscalizadores.

E2 – Os contratos ilegais estariam concentrados na região metropolitana de Porto Alegre.

R – Um ato ilegal enseja medida punitiva. Estaria resolvido.

~R – Para ter eficácia, a repressão deveria ser extensiva a todo o estado.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- a prática ilegal de arrendamento em área de assentamento é comum e aceitável pelo MST.
- o fato da “prática” ser mais abrangente que a grande Porto Alegre a torna sem controle.
- o INCRA não cumpre suas funções de fiscalizar o uso da terra nos assentamentos distantes.
- aos assentados é vantagem arrendar os lotes, mesmo de forma ilegal.
- os financiadores, maiores beneficiados pela ilegalidade, ficam impunes.
- os assentados não desejam trabalhar na terra, preferindo usá-la para negócios ilegais.
- Por que desapropriar grandes áreas de terra e distribuí-la para quem não deseja produzir?
- Se os lotes recebidos pelos assentados são arrendados, o discurso do MST é falso.

Por se tratar de negócios criminosos, não há registros oficiais. Ou seja, as autoridades não sabem o número de arrendamentos e vendas ilegais de lotes no Rio Grande do Sul, *mas* (Anexo C) suas conseqüências podem ser visualizadas. **P < Q**

E1: Há desconhecimento das ilegalidades pelas autoridades.

E2: Desconhecer o número de arrendamentos ilegais significa ter conhecimento das irregularidades para investigar e punir apenas os denunciados.

R: Mesmo sem conhecimento das autoridades, as ilegalidades provocam desajustes.

~R: As conseqüências são tantas que estão evidentes, menos para as autoridades.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Não há controle do Estado (INCRA) sobre a utilização da terra em assentamentos.
- A prática ilegal de arrendamento de lotes está disseminada.
- As conseqüências poderiam ser relacionadas para ficar claro ao leitor?
- Acampar, reivindicar e ser assentado pelo INCRA transforma-se em negócio.

Muitas vezes, eles são jogados em terras ruins, quase sem assistência. *Mas* (Anexo C) o que explica que, em áreas excelentes para a lavoura, como a Fazenda Annoni, também exista arrendamento? **P < Q**

E1: O governo dá a terra. Ela não é boa e o assentado tem que se organizar como pode.

E2: O projeto de reforma agrária é deficiente, em terras impróprias e sem assistência.

R: Haveria razões econômicas para os assentados arrendarem suas terras.

~R: O assentado que recebe boa terra deveria fazê-la produzir, não arrendá-la.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- O governo não estaria dando atenção devida aos assentados da reforma agrária.
- Ao acampado não é permitido escolher em qual área será assentado.
- Qualquer terra é melhor que a lona preta à beira da estrada.
- Se a terra é produtiva, arrendá-la seria fugir do trabalho. O sem-terra não quer trabalhar.

Teoricamente, não precisariam se envolver com ilegalidades para administrar suas propriedades. *Mas* (Anexo D) uma parte deles optou pelo arrendamento clandestino de lotes. **P < ---- > Q**

E1: Trabalhando legalmente, a terra recebida garantiria bom rendimento aos assentados.

E2: Na prática, a tese “ocupar, organizar e produzir”, não se sustenta.

R: Não haveria justificativas para arrendamentos clandestinos.

~R: Para uma “parte” (indefinida) vale a lei do menor esforço, mesmo havendo ilegalidades.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- As terras destinadas à reforma agrária, nem sempre cumprem sua finalidade.
- Sendo o lote em terra produtiva ou não, alguns optam pelo arrendamento ilegal.
- O arrendamento ilegal é uma prática disseminada em todo o estado.
- O germe da “sacanagem agrária” estaria espalhado em todos os assentamentos.

Mario Lill, dirigente do movimento e morador da área, não comenta os arrendamentos. *Mas* (Anexo D) é do conhecimento geral que a atual situação tem a ver com a luta que vem sendo travada entre grupos pela hegemonia política na direção do colegiado que comanda o movimento, um confronto deflagrado por João Pedro Stédille, o rosto pelo qual o MST é conhecido nacionalmente. **P < Q**

E1: Um dirigente do MST, assentado na Annoni, evita comentários sobre os arrendamentos.

E2: Outros dirigentes do MST não são tão cuidadosos quanto Mario Lill.

R: Se a direção do MST evita comentários, o assunto seria do conhecimento de poucos.

~R: A “situação atual”, de “conhecimento geral” tem causa e rosto: a disputa pelo poder no MST e João Pedro Stedille, respectivamente.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Mesmo que alguns evitem comentários, a situação dos arrendamentos ilegais é pública.
- Stedille deflagra disputa pela hegemonia política no MST, divide o movimento ao ponto da Direção tolerar arrendamentos ilegais.
- Sendo Stedille líder nacional, os confrontos e ilegalidades estariam espalhando-se país afora.
- O MST agora briga internamente, ao invés de brigar pela reforma agrária.

O arrendatário tem acesso ao dinheiro para comprar máquinas, sementes, combustível e até para construir residências com facilidade. *Mas* (Anexo E) todos os riscos ficam por conta dele. O nome do financiador não aparece na operação. **P < ---- > Q**

E1: Arrendamento é sinônimo de crédito fácil.

E2: Tudo aparenta ser um programa oficial, garantido e legal.

R: O arrendatário também assume os riscos que o arrendamento (ilegal) apresenta.

~R: Sendo ilegal, o arrendatário fica com o prejuízo caso a falcatrua seja descoberta.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Os maiores beneficiados da falcatrua, os financiadores, não correm nenhum risco.
- Se há dinheiro à vontade, o negócio é rentável. É sensato arriscar.
- É fácil arrendar terras em assentamentos da reforma agrária.
- Essa facilidade vem da necessidade e/ou ganância dos assentados e falta de fiscalização.

Ele diz que o Incra sabia do arrendamento, *mas*, (Anexo E) fazia que não enxergava. Valnei arrendou terra há seis anos no Rio Grande do Sul. **P ---- > Q**

E1: O INCRA estaria compactuando com a ilegalidade

E2: O INCRA, que deveria fiscalizar os assentamentos, não cumpre sua função.

R: Poderia interromper o processo de arrendamento ilegal dos lotes.

~R: Ao fazer “vistas grossas” à ilegalidade, o INCRA daria autorização tácita ao negócio.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Havia um pacto de silêncio entre assentados e INCRA de um lado e arrendatários e financiadores de outro, acobertando as irregularidades.
- O negócio, embora ilegal, era vantajoso para todos: o INCRA tornava a terra produtiva; para os demais (assentados, arrendatários e financiadores) havia vantagens financeiras.
- A ilegalidade vinha de mais tempo. O negócio estaria praticamente consolidado.

Pode até ser do desconhecimento do arrendatário que é proibido arrendar terras nos assentamentos. *Mas* (Anexo E os financiadores sempre tiveram conhecimento que estavam financiando uma operação ilegal. **P < Q**

E1: É provável que os arrendatários desconheçam a ilegalidade dos arrendamentos.

E2: Antes de fechar negócio, arrendatários deveriam se certificar de sua legalidade.

R: Seriam ingênuos plantadores, servindo aos interesses de gananciosos.

~R: Os financiadores, maiores beneficiados da ilegalidade, estariam ludibriando os arrendatários.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Há uma seara de más intenções no negócio. Arrendatários fingindo não conhecer a ilegalidade, e financiadores inescrupulosos aproveitando a oportunidade para ganhar dinheiro, de forma antiética.
- O capitalista (financiador) é o último a ser incomodado e beira à impunidade.
- Sem financiamentos (financiadores) haveria arrendamentos ilegais?
- Empresário inescrupuloso é tolerável. Não se admite assentado arrendar o lote recebido.

Em Coqueiros, a base foi desativada, por ordem judicial. *Mas* (Anexo E) em Nova Santa Rita segue funcionando. **P < Q**

E1: Somente com ordem judicial o acampamento (“base”), em Coqueiros, foi desmontado.

E2: Desativar “centro de operações” seria medida controladora de protestos e invasões.

R: Outros locais similares deveriam ter o mesmo tratamento (judicial).

~R: A base de Nova Santa Rita absorveu o trabalho da desativada. A medida judicial não teria produzido o efeito esperado.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Acampamentos de sem-terra são locais de preparação para atividades guerrilheiras.
- Os sem-terra lutam pela terra através de protestos. Vivendo acampados, onde organizá-los fora de acampamentos?
- O MST é um movimento que luta contra o direito de propriedade (dos latifundiários). Deve realizar atividades questionadoras desse direito. Invadir ou ocupar terras improdutivas é uma forma de colocar em praticar sua luta.
- A justiça deveria ordenar a desativação da “base” também em Nova Santa Rita.

Ali arrecada dinheiro com arrendamento. *Mas* (Anexo E) essa não é a única ilegalidade. **P < Q**

E1: Uma das fontes de financiamento do MST é arrendamento ilegal de terras.

E2: O MST é financiado com dinheiro ilegal.

R: Acabando com arrendamentos ilegais, enfraqueceria o movimento.

~R: Outras ilegalidades, além do arrendamento e abigeato, estariam financiando o MST.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Quartel General (QG) é linguagem militar, portanto, o MST é um exército.
- Militares tem autorização para matar no desempenho da função. MST também mataria.
- O MST é um movimento do campo. Deveria instalar-se longe de áreas metropolitanas.
- Se assentados praticam ilegalidades, “moradores do assentamento que não integram o MST” seriam pessoas totalmente confiáveis. Como morar em assentamento não sendo assentado.

Elton Brun da Silva, 44 anos, foi socorrido, *mas* (Anexo F) chegou sem vida ao Hospital Santa Casa de Caridade por volta das 9h40min, após operação da Brigada Militar (BM). **P > Q**

E1: A vítima sofreu violência policial, sendo-lhe prestada assistência (socorro).

E2: O socorro prestado justificaria a ação violenta da Polícia.

R: Apesar do socorro, não havia mais nada a fazer pela vítima. Chegou ao Hospital sem vida.

~R: Em operações de guerra, às vezes, combatentes matam e morrem.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Antes do socorro, houve a operação da BM e a ação violenta do policial.
- Seria necessário matar o sem-terra? Que fez ele para levar um tiro?
- Não teria havido confronto entre sem-terras e BM. O policial que atirou tinha qualificação (psicológica) para integrar o Batalhão de Operações Especiais – BOE?
- MST e Brigada Militar sempre se enfrentam. Quem entra para o MST pode levar tiro. Para sua segurança, seja um miserável calado, não proteste, não reaja.

Um grupo defende grandes mobilizações, *mas* (Anexo G) outro quer protestos menores. **P < ----- > Q**

E1: O MST está dividido.

E2: O MST perde a combatividade: Abril Vermelho forte é proposta apenas de um grupo.

R: Os dois grupos defendem a realização de protestos, de intensidades diferentes.

~R: É provável que o ano eleitoral influencie a decisão a favor de “protestos menores”

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- O MST sempre está dividido: pela hegemonia na direção e sobre a forma de protestos.
- Haverá protestos do MST em abril, grandes ou pequenos.
- Se um grupo defende protestos menores, inexistente força para grandes mobilizações.
- O MST está enfraquecendo. Suas lideranças não se entendem mais.

A decisão sobre que formas os protestos tomarão em solo gaúcho deverá ser tomada em uma reunião dos coordenadores, *mas*, (Anexo G) até ontem, o encontro decisivo não tinha data marcada para ocorrer. **P ----- > Q**

E1: A decisão mais importante ainda estava pendente.

E2: A reunião dos coordenadores seria decisiva.

R: Independente da data, o que pesa mesmo é a forma dos protestos.

~R: Na metade de abril (vermelho) a forma dos protestos ainda era mistério.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Abril é o mês que assusta aqueles que são contrários ao MST.
- O movimento está rachado, senão a reunião de líderes para decidir a forma dos protestos, teria ocorrido bem antes do Abril Vermelho.
- Em ano eleitoral, o Abril Vermelho é menos intenso.
- Como o MST usa o elemento surpresa nos protestos, a reunião seria feita em sigilo.

O MST promete contrariar a decisão, determinada por acordo entre o Ministério Público Estadual e o Palácio Piratini, mantendo as escolas itinerantes em acampamentos do interior. *Mas* (Anexo H) o ano letivo está por começar e esta questão precisa ser resolvida com objetividade e transparência, para que a população atendida hoje não fique desprotegida. **P < ----- > Q**

E1: O MST discorda do TAC do qual não participou.

E2: O MST promete manter as escolas itinerantes em funcionamento.

R: É crime deixar crianças sem escola. A solução é encaminhá-las para escolas na cidade.

~R: A solução para o impasse é urgente. Objetividade e transparência não garantem proteção (de direitos), tampouco acesso à escola.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- O MST mais uma vez não respeita as autoridades (MP e Poder Executivo).
- Zero Hora opina sobre a educação dos filhos de assentados e acampados.
- A educação praticada nas escolas itinerantes é obscura. Não há controle.
- Prefeitos afirmaram não ter condições de garantir o transporte escolar a todas as crianças.

- Segundo especialistas, inicialmente haveria problemas unir, em mesma sala de aula, crianças urbanas e filhos de acampados.

Os movimentos sociais devem ter toda a liberdade para agir, manifestar, protestar, *mas* (Anexo I) respeitando sempre o direito de outrem. **P < ---- > Q**

E1: Os movimentos sociais são livres para fazer o que a lei permite.

E2: O MST não pode invadir fazendas.

R: Como o direito proíbe invadir fazendas, o MST é livre para *não* agir.

~R: Respeitando o direito de outrem, o MST garante a liberdade para protestar, desde que não reivindique reforma agrária. “Mudar para continuar no mesmo lugar.”

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Magistrados deveriam se pronunciar apenas em processos a eles submetidos.
- Gilmar Mendes agiu mais na defesa dos latifundiários do que da Constituição Federal, prerrogativa do STF.
- O MST e os movimentos sociais devem conformar-se às leis injustas.
- É possível lutar pela reforma agrária sem combater o direito de propriedade dos latifundiários. Na história do Brasil, não existe grilagem de terras.

O ministro defendeu uma resposta adequada da Justiça, de forma “serena, *mas* (Anexo I) firme. **P < Q**

E1: O presidente do STF fala em “resposta adequada”, mas não cita nenhuma.

E2: Gilmar Mendes defende resposta judicial aos problemas sociais.

R: A sociedade pode confiar que a Justiça está atenta.

~R: Serenidade e firmeza seriam o mínimo a esperar do Judiciário, em *todos* os casos que lhe são submetidos. Neste, não havia processo em julgamento.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- A justiça só responde quando demandada, mediante processo legal.
- As invasões não haviam chegado ao STF. Seu presidente deveria abster-se de emitir opinião.
- ZH não questionou, em nenhum momento, o papel do STF e seus ministros.
- Gilmar Mendes agiu como advogado de defesa dos latifundiários, não como magistrado.
- Não se viu a mesma disposição do presidente do STF no caso do banqueiro Daniel Dantas.

Como se pode ver, são bem mais precárias do que os colégios que a maioria dos gaúchos frequenta. *Mas* (Anexo J) a diferença está longe de ser apenas física.
P < Q

E1: Todas as escolas gaúchas são precárias.

E2: As escolas itinerantes são “bem mais precárias” do que os “colégios.”

R: Não haveria condições de funcionar uma escola dessa forma, nos acampamentos.

~R: Existem outras diferenças, não explicitadas e bem mais graves, além das físicas, que deveriam impedir o funcionamento das escolas itinerantes nos acampamentos.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Zero Hora deixa claro que apoia o TAC assinado entre o governo e MP.
- As escolas itinerantes até poderiam funcionar em barracos improvisados, desde que o conteúdo ensinado fosse desvinculado da realidade das crianças acampadas.
- Comparar escolas que funcionam em acampamentos com “colégios” urbanos seria desconhecimento da realidade da educação no RS.
- A grande diferença entre os dois tipos de escolas comparados é o conteúdo ensinado. Segundo ZH, o MST forma mais que cidadãos críticos de sua realidade, forma futuros guerrilheiros.

Ela relata que as coordenadorias regionais de Educação eram orientadas a acompanhar o conteúdo pedagógico das escolas itinerantes, *mas* (Anexo J) isso nem sempre acontecia, porque a direção do MST criava obstáculos para a entrada dos funcionários da secretaria nos acampamentos. **P < Q**

E1: O governo se esforça para cumprir sua função na fiscalização do conteúdo pedagógico.

E2: A fiscalização era delegada para as C.R.Es, sem cobrança pela Secretaria de Educação.

R: Os professores das Escolas Itinerantes deveriam acatar orientação da SEC.

~R: O acompanhamento não acontecia porque o MST não permitia acesso às escolas.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- O problema não seria financeiro. O valor do convênio era considerado irrisório.
- O problema seria o conteúdo pedagógico ensinado aos filhos de acampados/assentados.
- O governo deseja ter pleno conhecimento e controle do que acontece nos acampamentos.
- O fechamento das escolas deveria ser uma decisão da Regional, não do Palácio Piratini e Ministério Público, já que o acompanhamento do conteúdo pedagógico também era responsabilidade das C.R.Es.

No Judiciário, as colocações contundentes de Thums não encontram paralelo, *mas* (Anexo K) o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, também tem enquadrado os sem-terra. **P ---- > Q**

E1: O promotor Gilberto Thums manifesta posições fortes, sem eco no Poder Judiciário.

E2: Thums fala em nome de um grupo do MP. No Judiciário a opinião não é compartilhada.

R: O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, tem opinião semelhante à de Thums.

~R: Gilmar Mendes é um dos onze ministros do STF. O enquadramento dos sem-terra é apenas verbal. A opinião dos demais ministros é desconhecida.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Um grupo de promotores e o presidente do STF querem rigor contra as ações do MST.
- Gilmar Mendes diz ser ilegal o repasse de dinheiro público as entidades ligadas ao MST.

- Mendes e Thums agiriam como políticos contrários ao MST, não como integrantes do Poder Judiciário, que deveriam zelar pelo cumprimento da lei, em casos concretos.
- ZH afirma que Gilmar Mendes vem a público advertir o governo Lula e marcar o fim da tolerância do Judiciário e do Ministério Público com o MST. Essas palavras teriam eco na realidade social do país?

O estado precisa de escolas e precisa de cadeias, *mas* (Anexo L) a simbologia de substituir uma pela outra é fatal numa campanha eleitoral. $P < Q$

E1: Escolas e cadeias são necessárias ao funcionamento do estado.

E2: Escolas e cadeias funcionam cada qual na sua função, sem qualquer relação.

R: Não há comparação possível entre escola e cadeia.

~R: O político que ousa transformar escola em cadeia ou vice-versa, não terá sucesso.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Rosane de Oliveira se referia ao pronunciamento de algum deputado, que teria sugerido transformar as escolas fechadas pelo Estado em cadeias ou albergues.
- Rosane defende decisão de fechar escolas e criar novas vagas nos presídios.
- Crítica campanha do CPERS que afirma em *outdoor*: “este é um governo que fecha escolas e abre presídios”.
- Adverte sobre riscos na campanha eleitoral, embora não seja ano de eleições.

A secretária Mariza Abreu diz não haver uma proposta concreta de transformação de escolas desativadas em presídios ou albergues, *mas* (Anexo L) que o governo está aberto a propostas dos municípios para usar os prédios em projetos de educação, como escolas técnicas, ou de outras áreas. $P < Q$

E1: O governo não pretende transformar escolas desativadas em presídios ou albergues.

E2: As escolas desativadas permaneceriam fechadas.

R: Admite destinar os prédios em projetos de educação, em parceria com os municípios.

~R: A possibilidade de utilização desses prédios depende do interesse dos municípios.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- A audiência pública sobre educação mostra a ideologização do fechamento, ou não, das escolas itinerantes do MST.
- O debate vai do fechamento de escolas itinerantes (ou outras, com poucos alunos) à construção de novos presídios, como se a criminalidade fosse a única alternativa.
- O governo trata os gastos em educação como despesa, e não como investimento.
- Se diminui o número de alunos, a solução é fechar as escolas, sem considerar sua importância nas comunidades rurais.

Thums diz que a solução encontrada é “democrática”, *mas* (Anexo L) não mudou de opinião em relação ao movimento e às escolas itinerantes. $P < Q$

E1: O debate, na audiência pública, produziu uma solução democrática.

E2: Solução “democrática” significaria saída honrosa para o imbróglio.

R: Nas democracias, vence a vontade da maioria.

~R: Mesmo concordando em revisar sua posição em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, o promotor Thums diz não mudar sua opinião sobre o MST. É contra.

GATILHOS ENUNCIATIVOS:

- Os deputados “armaram um circo” para forçar a revisão do TAC entre MP e Governo.
- Embora Thums tenha ironizado, dizendo que cedeu para “sair vivo” da audiência, ninguém estava com a integridade física ameaçada.
- A pressão da sociedade e de organismos internacionais levou o promotor Thums a “atirar a toalha”, desistindo de criminalizar o MST.
- Gilmar Mendes é o “exército de um homem só” na luta para “enquadrar” o MST.

Com base no esquema de Maingueneau, a análise dos textos definidos no *corpus* apresenta os seguintes resultados:

< = “**ser argumento menos forte**”: **16 (dezesesseis) ocorrências;**

---- > = “**ser um argumento a favor de**”: **3 (três) ocorrências;**

< ---- > = “**ser contraditório em relação a**”: **6 (seis) ocorrências.**

Nota-se claramente (sessenta e quatro por cento) a predominância dos casos em que a negligência de E1 para conclusão diferenciada (~r), como se os locutores de ZH dissessem algo para que o leitor concluísse diferentemente do dito, por conta dos elementos trazidos ao processo de comunicação pela Pragmática lingüística (contexto, implícitos, etc.). Em segundo lugar, aparecem seis casos (vinte e quatro por cento) em que os enunciados são contraditórios, e os restantes três casos (doze por cento) são onde os argumentos dos enunciados apontam em direção favorável da conclusão.

Dessa forma, pode-se afirmar que, em relação ao MST, o discurso de ZH não é direto. Pelo contrário, utiliza-se, consciente ou inconscientemente, de mecanismos de linguagem indutores de uma interpretação pelo interlocutor pretendida (ou planejada) pelo locutor (jornalista, editor, empresa, ZH, Grupo RBS).

Destaque-se o fato do período analisado pertencer a um tempo em que o Rio Grande do Sul era governado por Yeda Crusius (PSDB), de forte inclinação ideológica de direita. Yeda Crusius é considerada sucessora de Antonio Brito (1994-1998), governo em que ocorreram as principais privatizações no estado e no país. Os dois trabalharam para o Grupo RBS. São neoliberais convictos, ou seja, defensores do chamado “estado mínimo” em que o “Deus mercado” regula tudo: economia, política, cultura e as relações sociais e pessoais.

Zero Hora é um jornal que mantém boas relações comerciais com os governos. Sendo o governo neoliberal, ZH carregaria nas tintas ideológicas do neoliberalismo. Dessa forma, se justificariam as ácidas críticas ao MST publicadas em suas páginas, de autoria de jornalistas ao seu serviço ou colhidas de autoridades e lideranças.

Outro ponto que merece referência é o fato do jornalista Carlos Wagner, com longa história no jornal, ter acompanhado o nascedouro, fortalecimento e vida do MST. No passado, Carlos Wagner era considerado um jornalista da confiança do MST, e por isso, recebia informações em primeira mão, acompanhava, *in loco* e a convite do Movimento, ações de invasões ou protestos. Hoje, dirigentes do MST têm outra avaliação de seu trabalho em relação ao movimento. Nesta pesquisa, o contexto do enunciado aponta para alguma conclusão. O objetivo era analisar o texto *versus* contexto, não o comportamento do profissional. O mesmo se aplica em relação aos textos da lavra de outros jornalistas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Lage (2001, p.152-153), “a imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação.” Questionar a neutralidade de notícias e reportagens, e da imparcialidade dos profissionais ou órgãos de imprensa é prudente. Todos têm objetivos e metas a cumprir: sustentar a si próprio e à família, manter-se no mercado de trabalho, atingir diferentes níveis de sucesso, subir na carreira profissional, ganhar prêmios e (pouco ou muito) dinheiro, ou, simplesmente realizar um bom trabalho, com respeito à ética e ao interesse público.

O mesmo autor (2001, p. 152) diz que “a primeira coisa que um jornal informa é sua ideologia. Num grande diário, será a ideologia de um segmento econômico bastante forte para suportar os custos [...]”. As empresas jornalísticas se confrontam diariamente com a equação da sustentabilidade financeira. Despesas operacionais, como telefone, energia, aluguel, papel, transportes, salários, pró-labore de sócios, eventos publicitários, lucro dos cotistas ou acionistas devem ser bancados pelo faturamento que o departamento comercial consegue produzir. Essa contabilidade produz um número absoluto, real. Práticas administrativas admitem gastos dentro daquilo que é possível ganhar, agora ou no futuro.

Portanto, “não existe almoço de graça³” nem “conhecimento neutro”. Certo ou errado, a realidade do jornal Zero Hora é esta. Os profissionais que lá trabalham também têm contas a pagar no final do mês. Vive-se em tempos em que não há espaço para idealismos e idealistas em empresas de comunicação. São raras as exceções em que o interesse público é colocado em primeiro plano.

Segundo Fiorin (2005, p. 76), “os estudos lingüísticos devem fugir de duas ilusões: a total autonomia da linguagem e sua redução à ideologia”. Isso leva a concluir que Zero Hora, ao abordar a “questão agrária” em suas páginas, o faz com um olhar em dois pontos: número de leitores ou jornais vendidos e público alvo para publicação de anúncios publicitários pagos e demais fontes de receita para a empresa. Nessa lógica, elimina-se o MST. É difícil acreditar em alguém que afirma ter lido em algum jornal ou revista, publicidade paga pelo MST para divulgar suas ideias ou ações.

Essa exclusão torna-se visível na utilização de estereótipos em manchetes das matérias analisadas neste trabalho. Mesmo não sendo objeto da pesquisa, destacam-se manchetes tipo: *Contra o Brasil*; *Como o MST tramou a reação*; *Abril Vermelho gera divisão no MST do RS*; *MST diz que sem-terras mataram em legítima defesa*; *Rainha lidera invasão de 11 fazendas em São Paulo*; *Justiça de olho nos sem-terra*; *Jaguarão tenta retirar assentados: Durante invasão, Via Campesina destruiu 1,6 mil eucaliptos*; *Inimigo da vez (grifos nossos)*. Em pouquíssimos casos a manchete é favorável, como “Vitória do MST”, em tópico de Rosane de Oliveira, Página 10, após desistência do promotor Gilberto Thums, em sua luta contra as escolas itinerantes do MST.

A manchete, *Produtores temem mais invasões na Campanha*, sintetiza a opinião do ZH sobre os trabalhadores rurais sem-terra. Produtores seriam os proprietários de terras na região da campanha; produtores legitimados pelo direito de propriedade têm medo de invasões, como se áreas produtivas fossem alvo do MST; os assentados (e agricultores familiares) não mereceriam o título de “produtores”, mesmo sendo responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos no Brasil.

Mais que isso: o temor dos produtores de invasões *na campanha* dá a entender que, se terras fossem invadidas em outras regiões, a ação seria tolerável. Isso remete a estudos que atribuem maior legitimidade aos criadores de gado em larga escala, em fazendas com vastas pastagens de campo, localizados na região do Pampa ou da Serra, em detrimento dos

³ O economista Milton Friedman, Nobel de Economia, difundiu a expressão “*There is no such a thing as a free lunch*” (“Não existe almoço de graça”), com o livro de mesmo título, em 1975.

“colonos” das encostas do rio Uruguai (imigrantes alemães e italianos, caboclos, índios, negros fugidos ou libertos, *hermanos* do Paraguai, Argentina e Uruguai), encontrados facilmente no norte do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina. Esses concebiam a posse e o manejo da terra em dimensão diversa da pecuária extensiva. Mas, isso deveria ser objeto de outro interessante estudo.

Seria necessário também, estudar a formação geopolítica e demográfica do norte do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, é esclarecedora a obra: *Caboclos, ervateiros e coronéis – luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul* (Ardenghi, 2003). Nela se pode avaliar a intensidade da ideologização da “questão agrária” no Rio Grande do Sul e as lutas, anteriores ao MST, travadas entre “caboclos (a pé) e coronéis (a cavalo).

Para concluir:

[...] o jornalismo é como política, uma arte do possível, e como a filosofia, o cenário de uma luta em que a materialidade do mundo termina por se impor. O compromisso com esse aspecto material, real, do fato compõe um aspecto renitente, espontâneo e positivo do modo de ser dos jornalistas. Ele se opõe ao elenco das verdades acabadas que a sociedade propõe e o jornalista dispõe; à ilusão de que os fatos se bastam e conhecê-los é dominar o processo; à tendência de substituir uma teoria dos conteúdos pelo formalismo das técnicas, na produção de modelos particularmente fechados de diagramação e texto. Em suma, ao idealismo genérico da profissão (LAGE, 2001, p.152).

Por isso, as notícias são retratos do consenso ideológico, e temas como a reforma agrária, a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o fim da miséria e vida digna para todos os brasileiros estão distantes do consenso entre seus defensores e no conjunto da sociedade brasileira. É evidente que uma menor dependência da imprensa em relação ao mercado contribuiria nesse processo. *Mas sobreviveria, no capitalismo? Não sei.*

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDENGHI, L. G. **Caboclos, ervateiros e coronéis** – luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003. Também disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18839

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e Ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Ática, 2007.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

GALEANO, E. *Toda riqueza se nutre de alguma pobreza*. Entrevista a Luis Zarranz, Florencia y Francisco Silio, disponível em <http://www.rebelion.org/noticias/2008/12/78084.pdf>

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.

FIORIN, J. L. (org). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, J. L. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KAUFMANN, A. M. RODRIGUEZ, M. E. **Escola, leitura e produção de textos**. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1995.

KOCH, I. V. **A Inter – Ação pela Linguagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

KOCH, I. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Florianópolis: Insular/UFSC, 2001.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MEDINA, J. L. B. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. Revista Symposium, ano 5, nr. 1, janeiro-junho 2001, pags. 45/55. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/3196/3196.PDF>, acessado em 18/05/2011.

MOREIRA, T. A. **O operador argumentativo *mas* em duas canções: *mas que parada é esta?*** Disponível em: http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/interdisciplinar/revistas/ARQ_INTER_8/INTER8_Pg_223_231.pdf, acessado em 11/05/2011.

APÊNDICE A

Em 26 de janeiro de 2009, na reportagem especial das páginas 4 e 5, intitulada *MST caminha para as cidades*, Wagner assina o artigo “Liderados pelos com terra”, na página 5. A reportagem fala do encontro comemorativo aos 25 anos do MST, ocorrido em Sarandi, norte do Rio Grande do Sul, onde, além da festa, foram avaliados e debatidos temas relacionados com o futuro do movimento. Carlos Wagner, em oito parágrafos, descreve a formação do grupo dirigente do MST e as relações deste com o Paraguai.

No sétimo parágrafo, o jornalista afirma:

“No país vizinho, há dezenas de movimentos de sem-terra e cada um deles com uma linha política. *Mas* (Anexo A) há uma coisa comum a todos: não gostam de brasileiros. Seja ele rico, pobre ou miserável. Claro, há um fator novo. Agora existe ao redor do presidente paraguaio, o ex-bispo Fernando Lugo, pessoas que viveram no Brasil e que aqui perfilaram-se ao lado de organizações populares, incluindo o sem-terra.”

Segue o oitavo e último parágrafo:

“*Mas* (Anexo A) a questão agrária do Paraguai continua a mesma. Tem pouco a ver com a carência de terra e muito com uma equação política bem complicada. Há uma mudança hoje nas organizações populares que não está sendo percebida pela direção do MST. O peso político delas está diretamente ligado a sua transparência.”

Da mesma forma, em 9 de abril de 2009, na reportagem especial *A desistência do homem que enfrentava o MST*, Carlos Wagner escreve “Como o MST tramou a reação”. A reportagem fala de uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do RS, na qual o procurador de justiça Gilberto Thums admite rever o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, assinado pelo Ministério Público e o Governo do Estado, que determinou o fechamento das Escolas Itinerantes, além de anunciar sua desistência da luta que travava contra o MST.

Nesse artigo, também na página 5 do ZH, Wagner escreve:

“Não houve festa. *Mas* (Anexo B) a direção gaúcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está apontando a desistência do promotor Gilberto Thums de enfrentar politicamente a organização como a primeira vitória do Abril Vermelho – mês usado para demonstrações públicas contra a política agrária do governo federal.”...

No domingo, 17 de maio de 2009, a editoria Geral de ZH publica reportagem de três páginas *A nova encruzilhada do MST*, assinada por Carlos Wagner e Humberto Trezzi. Como seria irrelevante identificar o que cada um escreveu, para fins desta pesquisa, foi considerada a totalidade da reportagem. A matéria aborda a questão do arrendamento ilegal em áreas de assentamento na região metropolitana de Porto Alegre para plantadores de arroz vindos de Santa Catarina e as relações com o INCRA e os financiadores – moinhos beneficiadores de arroz de cidades do sul catarinense. Três grifos encontram-se na página 38 (Anexo C). Os dois seguintes, na página 39 (Anexo D), e os demais cinco na página 40 (Anexo E):

Nos últimos meses, a Polícia Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) identificaram e reprimiram contratos ilegais entre granjeiros e assentados nos municípios de Viamão, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita. *Mas* (Anexo C) a prática está espalhada pelo estado.

Por se tratar de negócios criminosos, não há registros oficiais. Ou seja, as autoridades não sabem o número de arrendamentos e vendas ilegais de lotes no Rio Grande do Sul, *mas* (Anexo C) suas consequências podem ser visualizadas.

Muitas vezes, eles são jogados em terras ruins, quase sem assistência. *Mas* (Anexo C) o que explica que, em áreas excelentes para a lavoura, como a Fazenda Annoni, também exista arrendamento?

Alguns adquiriram máquinas e fazem parte da classe média rural. Teoricamente, não precisariam se envolver com ilegalidades para administrar suas propriedades. *Mas* (Anexo D) uma parte deles optou pelo arrendamento clandestino de lotes.

Mario Lill, dirigente do movimento e morador da área, não comenta os arrendamentos. *Mas* (Anexo D) é do conhecimento geral que a atual situação tem a ver com a luta que vem sendo travada entre grupos pela hegemonia política na direção do colegiado que comanda o movimento, um confronto deflagrado por João Pedro Stedile, o rosto pelo qual o MST é conhecido nacionalmente.

O arrendatário tem acesso ao dinheiro para comprar máquinas, sementes, combustível e até para construir residências com facilidade. *Mas* (Anexo E) todos os riscos ficam por conta dele. O nome do financiador não aparece na operação.

Ele diz que o Incra sabia do arrendamento, “*mas*, (Anexo E) fazia que não enxergava”. Valnei arrenda terra há seis anos no Rio Grande do Sul.

Pode até ser do desconhecimento do arrendatário que é proibido arrendar terras nos assentamentos. *Mas* (Anexo E) os financiadores sempre tiveram conhecimento que estavam financiando uma operação ilegal.

Nos dois lugares, os sem-terra montaram um centro de operações, acampamentos de onde eram organizadas invasões. Em Coqueiros, a base foi desativada, por ordem judicial. *Mas* (Anexo E) em Nova Santa Rita segue funcionando. Dalí, são enviados militantes para bloqueios de estradas, fechamento de pedágios e invasões de terras.

O movimento montou ao redor da Granja Nenê o seu QG metropolitano. Ali arrecada dinheiro com arrendamento. *Mas* (Anexo E) essa não é a única ilegalidade. Em depoimento ao Ministério Público, moradores do assentamento que não integram o MST dizem que os assentados praticam abigeato.

Seguindo adiante, em 21 de agosto de 2009, Carlos Wagner descreve a reação da governadora Yeda Crusius, ao saber que um integrante do MST foi morto em operação da Brigada Militar para desocupação da fazenda Southall, em São Gabriel, como segue:

A governadora Yeda Crusius se manifestou na manhã desta sexta-feira sobre a morte de um sem-terra durante a desocupação da fazenda Southall, em São Gabriel. Elton Brun da Silva, 44 anos, foi socorrido, *mas* (Anexo F) chegou sem vida ao Hospital Santa Casa de Caridade por volta das 9h40min, após operação da Brigada Militar (BM).

Em 15 de abril de 2010, Carlos Wagner assina a matéria *Abril Vermelho gera divisão no MST do RS*. Nela é abordada a atividade que o MST realiza todos os anos, no mês de abril, para marcar o massacre de 19 agricultores no sul do Pará, em abril de 1996, além das atividades planejadas para outros estados, preparativos da Brigada Militar e fazendeiros. A linha de apoio da manchete é a seguinte:

Um grupo defende grandes mobilizações, *mas* (Anexo G) outro quer protestos menores. (...) A decisão sobre que formas os protestos tomarão em solo gaúcho deverá ser tomada em uma reunião dos coordenadores, *mas*, (Anexo G) até ontem, o encontro decisivo não tinha data marcada para ocorrer.

Em 26 de fevereiro de 2009, na página 2, ao lado da seção de cartas do leitor, encontra-se a coluna “INFORME”, com a “Opinião ZH” sob título: *As escolas dos sem-terra*. Também trata da polêmica em torno do fechamento das Escolas itinerantes do MST:

O MST promete contrariar a decisão, determinada por acordo entre o Ministério público Estadual e o Palácio Piratini, mantendo as escolas itinerantes em acampamentos do interior. *Mas* (Anexo H) o ano letivo esta por começar e esta questão precisa ser resolvida com objetividade e transparência, para que a população atendida hoje não fique desprotegida.

Na mesma data (26/02/2009), o presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, ministro Gilmar Mendes, que havia “convocado” a imprensa para falar das invasões de terra pelo MST em São Paulo e Pernambuco, durante o carnaval, e do repasse de dinheiro para os sem-terra. De Brasília, o correspondente não identificado de ZH diz: na manchete: “*Mendes critica repasse para os sem-terra*,” e reproduz um trecho da fala do ministro:

Os movimentos sociais devem ter toda a liberdade para agir, manifestar, protestar, *mas* (Anexo I) respeitando sempre o direito de outrem. [...] O ministro defendeu uma resposta adequada da Justiça, de forma “serena, *mas* (Anexo I) firme.”

Na edição dominical de 8 de março de 2009, em reportagem nas páginas 34, 35 e 36, no Caderno Geral, intitulada “*As lições do MST nos acampamentos*”, assinada pelo jornalista Humberto Trezzi, que habitualmente escreve na editoria de polícia, ZH esmiúça o processo pedagógico das Escolas Itinerantes do MST e a precariedade das salas de aula, para afirmar:

Como se pode ver, são bem mais precárias do que os colégios que a maioria dos gaúchos frequenta. *Mas* (Anexo J) a diferença está longe de ser apenas física.

Adiante, com subtítulo “*Intenção seria manter aulas mesmo sem verbas*”, descreve depoimento da secretária estadual da Educação:

Ela relata que as coordenadorias regionais de Educação eram orientadas a acompanhar o conteúdo pedagógico das escolas itinerantes, *mas* (Anexo J) isso nem sempre acontecia, porque a direção do MST criava obstáculos para a entrada dos funcionários da secretaria nos acampamentos.

Na página 36, sob título “Justiça de olho nos **sem-terra**”, ZH fala outra vez da entrevista do ministro Gilmar Mendes, nos seguintes termos:

No Judiciário, as colocações contundentes de Thums não encontram paralelo, *mas* (Anexo K) o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, também tem enquadrado os sem-terra.

Por último, a coluna de Rosane de Oliveira, em 8 de abril de 2009, trata quase que exclusivamente da audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS. No tópico *Escolas e presídios* ela escreve:

O estado precisa de escolas e precisa de cadeias, *mas* (Anexo L) a simbologia de substituir uma pela outra é fatal numa campanha eleitoral. [...] A secretária Mariza Abreu diz não haver uma proposta concreta de transformação de escolas desativadas em presídios ou albergues, *mas* (Anexo L) que o governo está aberto a propostas dos municípios para usar os prédios em projetos de educação, como escolas técnicas, ou de outras áreas.

No tópico *Para “sair vivo* relata declaração do promotor Gilberto Thums, logo após admitir reavaliação do TAC que obriga o fechamento das escolas itinerantes:

Thums diz que a solução encontrada é “democrática”, *mas* (Anexo L) não mudou de opinião em relação ao movimento e às escolas itinerantes.

ANEXOS

Anexo A – Liderados pelos com-terra. Carlos Wagner; ZH 26/01/2009, p. 5

Anexo B – Como o MST tramou a reação. Carlos Wagner, ZH 09/04/2009, p. 5

Anexo C – A Nova Encruzilhada do MST. Carlos Wagner e Humberto Trezzi, ZH 17/05/2009, p. 38

Anexo D – A Nova Encruzilhada do MST. Carlos Wagner e Humberto Trezzi, ZH 17/05/2009, p. 39

Anexo E – Preço em ASSENTAMENTO atraiu produtores de SC. Carlos Wagner e Humberto Trezzi, ZH 17/05/2009, p. 40

Anexo F – Governadora pede apuração “com rigor” sobre morte de sem-terra em São Gabriel. Carlos Wagner, ZH 21/08/2009.

Anexo G – Abril Vermelho gera divisão no MST do RS. Carlos Wagner, ZH 15/04/2010.

Anexo H – INFORME. Opinião ZH. As escolas dos sem-terra. ZH 26/02/2009, p. 2.

Anexo I – Mendes critica repasse para os sem-terra. (Brasília) ZH 26/02/2009, p. 39.

Anexo J – As lições do... (MST nos acampamentos). Humberto Trezzi, ZH 08/03/2009, p. 34

Anexo K – Justiça de olho nos sem-terra. Humberto Trezzi, ZH 08/03/2009, p. 36.

Anexo L – Página 10. Escolas e presídios. Para “sair vivo”. Rosane de Oliveira, ZH 08/04/2009, p.10.

Novas bandeiras

Ja quais são as principais transformações em andamento no rfil do movimento dos sem-terra, cristalizadas no encontro do ranel, no Rio Grande do Sul:



MAIS INVASÕES

Uma das principais determinações emanadas do encontro encerrado neste fim de semana é a ampliação das invasões de terra ao longo de 2009. Essa decisão é sustentada por dois eixos estratégicos, segundo o ponto de vista dos líderes dos sem-terra: neste a não há elevação, e as ações mais agressivas do MST continuam ser reafirmadas e períodos eleitorais para não desagregar alianças políticas. O segundo ponto é a capitalização das empresas de colheita desde à colheita francesa, que em tese tem uma área maior disponível para assentamentos em vez de serem adquiridas na receber plantações de árvores.



CAMPANHA "O PETRÓLEO É NOSSO"

Ao lado da tradicional luta pela terra para transformar acampamentos em assentados, o MST promete transformar a campanha pelo controle exclusivamente estatal da exploração e s lucros do petróleo descoberto na chamada camada de pré-sal. Dessa forma, movimento registra um dos principais slogans que já mobilizaram a sociedade brasileira, nascido na década de 40 para manter o monopólio estatal sobre essa peça. Ao eleger essa bandeira, o MST diversifica sua pauta de lutas e abre um no campo de ação e uma nova forma de resistência e força política.



MOBILIZAÇÕES NA ÁREA URBANA

A lutas dos sem-terra por novos campos de atuação inclui a geografia espacial. Uma das conclusões do encontro de Sarandi é de que o movimento deve reforçar sua presença e sua atuação no centros urbanos. Esse reforço deverá ser feito com o auxílio de sindicatos de não-ônibus públicos e outros sindicatos. O MST deverá aumentar sua presença e mobilizações conjuntas realizadas nas cidades - e não estão descartadas des mais incisivas como invasão de áreas urbanas ligadas de alguma forma às lutas do MST.



NOVAS ALIANÇAS

O futuro imediato do MST deve incluir novas parcerias e o estreitamento das relações com entidades com as quais os sem-terra já tinham afinidades. Sindicatos de servidores públicos, como Open, no Rio Grande do Sul, e centrais sindicais como a CUT são algumas metas. Mas associações de petroleiros e outras entidades que também demonstram interesse no controle nacional sobre os recursos do pré-sal também são possíveis parceiros estratégicos dos sem-terra a partir de agora, ao menos nesta questão.



RUPATURA COM O GOVERNO LULA

O encontro de Sarandi marcou, de maneira mais formal, o rompimento do MST com o governo Lula. Aliado histórico do PT, o MST chegou a classificar o presidente como um "inimigo ou inimigo" do movimento, como os marxistas. Nenhum do governo federal foi convidado para a festa. - Não vamos dizer que Lula é nosso inimigo, mas também não é nosso amigo afirmou, antes da realização do encontro, o líder nacional João Paulo Rodrigues. Essa ruptura não é absoluta, já que o movimento depende de repasses de verbas mundos do governo federal, mas marca uma nova postura pública dos sem-terra.



USO DE TRANSGÊNICOS

Uma das principais e mais recentes bandeiras do MST é o combate ao uso de transgênicos na agricultura. Na visão dos sem-terra, a possibilidade de patentes genéticas, como fazem nultiracionais a exemplo da Monsanto, é um risco à segurança alimentar do planeta e uma forma de explorar os agricultores. No encontro de Sarandi, porém, os sem-terra admitiram usar sementes de soja geneticamente modificadas no assentamento Ivoa Sarandi, palco da festa de 25 anos do MST. Marina dos Santos, uma das portavozas do movimento, argumentou que isso não ocorre por vontade própria, mas por falta de opção decorrente do atual modelo de desenvolvimento. Na prática, houve uma flexibilização forçada dos sem-terra em relação a esse debate.



CRISE MUNDIAL

Para o movimento dos sem-terra, a crise financeira que sobrevive muitos países desde o ano passado é um fator circunstancial favorável à luta pela terra. Ao impor pesados prejuízos à gigantes da colheita como a Anacard, interrompe a rápida expansão nacional que transforma milhares de hectares em áreas de plantio de pinus e eucalipto. Devido à crise mundial e à falta de recursos para novos investimentos, sobram mais terrenos para aquisição por parte do governo federal a fim de receber assentamentos de sem-terra.



Bandeira brasileira chegou a ser queimada em protestos políticos no Paraguai

Fórum com o apoio de Chávez

Ativistas políticos e ambientalistas de 37 países desembarcaram em Paranaíba (PA) ontem para participar do Fórum Social Cariacás 2009, organizado pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) e pela Via Campesina. Para organizá-lo, o MST e a entidade internacional de luta pela terra contaram com a colaboração da prefeitura do município, dirigida pelo PT, do Ministério da Justiça e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Também ontem, a Força Nacional de Segurança deslocou 80 homens para a cidade.

A escolha do local - onde se concentra a parte mais expressiva das operações de mineração da Vale - é uma espécie de provocação. O MST defende a reestatização da empresa, privatizada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e no ano passado, organizou ações na região, com o intuito de atingir as operações da empresa.

O evento tem como propósito debater os problemas sociais e ambientais da região, cujas montanhas abrigam a maior província mineral de ferro do mundo, explorada pela empresa Vale. O fórum terá a duração de três dias: amanhã, os visitantes viajam para Belém, onde irão participar da abertura do Fórum Social Mundial.

Durante o fórum, será lançada a pedra fundamental de uma escola agroecológica. Estão previstas apenas três horas de reuniões, com painéis sobre projetos econômicos. No restante do tempo, os convidados participam de atos políticos e fazem visitas a assentamentos, à Barragem de Tucuruí, à área de exploração de minérios. Também assistirão à inauguração de um estádio, com o nome do revolucionário Che Guevara.

Contra o Brasil

LÉO GERCHMANN

O Paraguai quer fazer a reforma agrária e precisa de recursos para as devidas desapropriações, muitas delas em terras de brasiguaios. O Brasil tem um tratado com o país vizinho, o de Itaipu, que prevê o recebimento subsidiado de energia não utilizada como compensação pelo investimento solitário feito em 1973 na usina hidrelétrica. O Paraguai quer reaver o tratado e receber mais do Brasil pela sua energia, para ter dinheiro e desapropriar, justamente, os brasiguaios.

Em meio a essa situação complexa, o Itamaraty acena com o financiamento da industrialização paraguaia via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que levaria o país a consumir sua própria energia em vez de vendê-la a preço baixo. Seria uma forma indireta de ajudar o Paraguai, apoiando seu desenvolvimento.

O tema é delicado. Requer diplomacia. Já, entrou em cena o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) brasileiro - apoiando o governo guarani. O MST se presta-ficou com o presidente paraguaio, o ex-bispo de esquerda Fernando Lugo,

a disseminar a tese de que a reivindicação de reaver o tratado é justa. E isso tem sido feito nos acampamentos e assentamentos sem-terra, com a explicação de que o Paraguai necessita de recursos.

Não estão descartadas, para as próximas semanas, manifestações de apoio aos vizinhos. De acordo com o líder sem-terra João Pedro Stedile, trata-se de "uma questão social e de soberania sobre os recursos naturais". A proposta do governo paraguaio é transferir a dívida atual de Itaipu Binacional, que está em US\$ 19,6 bilhões, para os Tesouros dos dois países. O do Paraguai ficaria com apenas US\$ 600 milhões. O do Brasil, com US\$ 19 bilhões.

O governo brasileiro tem buscado, nas últimas semanas, convencer o MST e outros movimentos sociais de que o tratado de Itaipu é perfeito e acabado: o Brasil assumiu o empréstimo para a realização da obra, e o Paraguai, que tem direito a 50% da energia gerada pela hidrelétrica, ficou de pagar a conta cedendo a baixo custo o que não fosse por ele utilizado. Tudo muito simples.

l. leo.gerchmann@zerohora.com.br

Liderados pelos com-terra

CARLOS WAGNER

A decisão mais importante tomada durante o encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Sarandi não é pública. A organização continuará sendo dirigida pelos agricultores assentados em lotes dos programas de reforma agrária do governo.

O grupo dirigente é composto por súditos aliados com paulistas que há 15 anos ignoram o poder, e, desde então, manobram os acampados à beira das estradas para barganhar créditos altamente subsidiados do governo federal.

O MST nasceu como um grito dos oprimidos. Foi pensado e articulado por um punhado de necessidades acampadas na beira da estrada que liga Passo Fardo a Ronda Alta, a Encruzilhada Natalina, nos anos 80. Ali, agricultores miseráveis,

aliados com a ala de religiosos progressistas e meia dúzia de técnicas comprometidos com os lutas populares, forjaram a organização que se tornaria um instrumento da luta pela reforma agrária da América do Sul.

Ap insistir em se perpetuar no poder, a direção transforma o MST em uma organização de sem-terra dirigida pelos com-terra. E ao anunciar que irá perfilar-se ao lado de petroleiros petroleiros e de outros movimentos sociais urbanos, eles apostam na falta de memória da sociedade.

Já nos anos 90, o sem-terra investia em causas urbanas. O sectarismo dos dirigentes fizeram fracassar as alianças. Os líderes continuam os mesmos.

A questão da associação do MST com as organizações paraguaias que lutam contra os brasiguaios, agricultores brasileiros que se,

mudaram para o Paraguai, já foi tentada várias vezes. E até agora tem sido um fracasso.

No país vizinho, há dezmos de movimentos de sem-terra e cada um deles com uma linha política. Mas há uma coisa comum a todos: não existem de brasileiros, seja de rico, pobre ou miserável. Claro, há um fator novo. Agora existe ao redor do presidente paraguaio, o ex-bispo Fernando Lugo, pessoas que viveram no Brasil e que agora perambulam-se ao lado de organizações populares, incluindo o sem-terra.

Uma questão agrária da Paraguai continua a mesma. Tem pouco a ver com carbono de terra e muito com uma equação política bem complicada. Há uma mudança hoje nas organizações populares que não está sendo percebida pela direção do MST. O peso político delas está diretamente ligado à sua transparência.

Anexo B

ZERO HORA > QUINTA | 9 | ABRIL | 2009

Reportagem Especial > | 5 |

Entrevista | Gilberto Thums |
PROCURADOR DE JUSTIÇASe estou sozinho,
stou errado”

Um dia depois de admitir a possibilidade de mudar a sua opinião sobre o funcionamento das escolas itinerantes, o procurador Gilberto Thums conversou com Zero Hora e com a Rádio Gaúcha. A seguir, a síntese das entrevistas:

Pergunta – O que fez o senhor mudar de ideia em relação ao funcionamento das escolas itinerantes?
Thums – O problema no momento há um caldeirão de coisas. Existe pressão de todos os lados. Inclusive da área técnica do Ministério da Educação, dizendo que as escolas têm importância importante e que existe possibilidade de um ensino diferenciado. Dizendo que a visão do Ministério da Educação e que estamos em conjunto com o governo estadual. Achei de sentido que uma comissão de professores que são neutros, ligados à educação e juventude para que esse fosse revisto.

Pergunta – O que fez o senhor se disponibilizar e concordar em buscar o termo?
Thums – Ouvi a fala da professora do Conselho Estadual de Educação, os discursos das deputadas do PT Stela Farias e Marisela. A deputada Mariza disse coisas tristes do que não ter educação de qualidade é não ter direito à educação. Essa frase para mim foi importante. Fiquei bastante tempo pensando nela. Então, ninguém pode

ser tão radical. Todo radicalismo extremado leva à irracionalidade.

Pergunta – Não é pior as crianças não frequentarem nenhuma escola?

Thums – Frequentar escola do MST e não frequentar nenhuma dá na mesma. Igual não há controle. Ninguém sabe quantos dias as crianças frequentam a escola, ninguém conhece o programa mínimo que ela recebe na escola. Honestamente, vai mudar muito pouco.

Pergunta – Por que o senhor está tirando o time de campo?

Thums – É uma posição suicida. É de extrema antipatia. Sou demonizado em todos os sites do mundo relacionados com o MST. Não tenho apoio do Ministério Público em geral no país inteiro. Então, se eu estou sozinho, estou chegando à conclusão de que estou errado. A pressão é muito forte.

Pergunta – Inclusive no Ministério Público?

Thums – Não, aqui eu tenho plena liberdade. O problema é que a minha



Thums disse que guerra era "suicida"

posição é antipática, de grande desgaste da instituição.

Pergunta – Que pressões há sobre o Ministério Público?

Thums – O que mais me chocou foi, no final do ano, uma moção de repúdio pelo grupo de promotores ligados aos direitos humanos, afirmando que a atuação do MP estaria violando direitos. É claro que eles não sabem o que está se tratando.

Pergunta – O senhor decidiu se afastar por pedido da nova procuradora-geral?

Thums – Não, ela não me pediu nada. Mas meu comportamento tem a ver com o discurso da Simone, no sentido de apaziguamento. Estou sensibilizado pelo momento da administração do Ministério Público porque já são muitos os problemas.

Pergunta – Que pressões o se-

nhor recebe de outras instituições?

Thums – Estou sendo minado por todos os lados. Sofro pressão até nas universidades, até dos intelectuais. Estou sendo demonizado em todos os sites da rede mundial, inclusive internacionais. Tenho de rever essas coisas. Uma pessoa não pode achar que só ela está certa e o mundo errado. De repente, então, estou errado. Coloquei meu nome no google e tem mais de 150 mil ocorrências, inclusive em sites religiosos. A minha fotografia é colocada ao lado de Hitler. São coisas que só me desgastam.

Pergunta – O senhor se sente ameaçado?

Thums – Estou recebendo muitos sinais fortes. Tudo que falo com as pessoas em off pelo telefone está sendo gravado. Recebo mensagens de voz com as gravações da minha própria conversa. Recebi cinco mensagens. Aconteceu também de uma pessoa jogar o carro contra mim enquanto estava fazendo as minhas corridas. Na hora, achei que fosse um louco. Depois que passou o susto, fiquei pensando a que se deve isso. Talvez eu esteja com paranoia, mas muitas coisas estão mudando na minha rotina diária.

Pergunta – O senhor imaginou que a sua sugestão de fechar as escolas traria tanto problema?

Thums – Eu imaginei que os pais matriculariam seus filhos em escolas públicas. A gente não avaliou o poder do movimento. O movimento é mais forte do que qualquer instituição. Eu não imaginaria que eles iriam mesmo enfrentar essa decisão. Tenho a impressão de que, no futuro, vão me dar razão, vão reconhecer que eu não era tão louco assim.

Como o MST tramou a reação

CARLOS WAGNER

Não houve festa. Mas a direção gaúcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está apontando a desistência do promotor Gilberto Thums de enfrentar politicamente a organização como a primeira vitória do Abito Vermelho – mas usado para demonstrações públicas contra a política agrícola do governo federal. A desistência será exibida como um triunfo na reunião que deverá ocorrer na próxima semana em Palmeira das Missões, no norte do Estado, entre o MST e seus aliados políticos.

Toda a estratégia dos sem-terra foi montada para provar que, ao conseguir proibir, em fevereiro, o funcionamento das escolas itinerantes nos acampamentos, o promotor agiu levado por motivos políticos, e não técnicos. Foram abertas duas frentes de batalha: uma na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa – que, na época, era presidida pelo deputado Marisa Formolo (PT) – e a outra na articulação política com organizações de direitos humanos e defesas dos pobres ao redor do planeta – que tem como uma das coordenadoras Ivonete Tonin, a Nina, um das mais experientes líderes do MST.

Marisa ligou-se a Adão Preto (PT), deputado federal falecido em fevereiro, um dos mais influentes políticos nacionais gestados pelo MST. O papel de Preto era a conexão com o Ministério da Educação, um dos setores governamentais onde se aloja uma boa quantidade de simpatizantes do movimento.

Comissão Pastoral mentou rede internacional de pressão

Ontem, a deputada lembrou que o maior argumento usado pelo promotor – de que alunos poderiam ter acesso a um ensino de melhor qualidade nas escolas municipais – foi desmontado com afirmação de vários prefeitos de que não teriam condições de atender às crianças dos acampamentos.

Enquanto os deputados lutavam nos meandros da burocracia oficial, Nina andava com as crianças pela mão nas salas do Ministério Público do Estadual, mostrando o outro lado desse questionário: os alunos que iriam ficar sem aula. Ela teve um auxílio fundamental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que encarregou-se de montar uma rede ao redor do mundo que inundou a caixa eletrônica do promotor de e-mails. No meio da luta, ficou de lado uma questão importante: o debate do conteúdo do que é ensinado nas escolas itinerantes.

✉ carlos.wagner@zerohora.com.br



ÉTICA DA IGREJA

31 de fevereiro – A Secretaria de Justiça da Comissão Pastoral da Terra e nota condenando a medida e chamando-a de "terrorismo cultural". A nota de crítica, Thums afirma: "Não dá para qualquer padre falar o que ele não pode permitir que se fale em público para pagar professor indicado e finge dar aula. Querem o ensino à Fidel Castro, e isso não é nível."

O PROTESTO DOS ALUNOS

2 de março – No primeiro dia do ano letivo, alunos das escolas fizeram protestos pelo Estado, como a aula improvisada sobre a pista bloqueada da BR-386, no norte do Estado.



A OPINIÃO DOS PROMOTORES

No início de abril – O então coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, procurador Miguel Velasquez, e a promotora da Infância e da Juventude Synara Jacques Butelli enviam um ofício para a procuradora-geral Simone Mariano da Rocha devolvendo o TAC. Como não participam da elaboração do TAC, promotores da área da infância sentem-se desautorizados em acompanhar a execução.

A REUNIÃO NA ASSEMBLEIA

7 de abril – Na segunda-feira, Thums participou de uma reunião da Comissão de Educação da Assembleia, em que admitiu rever sua posição a respeito do funcionamento das escolas itinerantes. Deputados de vários partidos, representantes do Ministério da Educação e crianças acampadas participaram no encontro que demoveu o procurador de sua cruzada.

Anexo C

38 | Geral >

ZERO HORA > DOMINGO | 17 | MAIO | 2009

Arrendamento ilegal

A nova ENCRUZILHADA do MST

CARLOS WAGNER e HUMBERTO TREZZI

A semente que fez germinar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul é a mesma que corrou a sua existência: o arrendamento ilegal das glebas concedidas pelo governo para as famílias tirarem o seu sustento.

A prática, proibida pelo Estatuto da Terra, equivale a uma reforma agrária às avessas.

Pois essa questão provocou um racha no MST, que já não controla com mão de ferro os 322 assentamentos no Estado. Para alguns dos antigos dirigentes sem terra, o arrendamento de áreas da reforma agrária para empresários rurais é uma heresia. Para outros, virou rotina. Nos últimos meses, a Polícia Federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) identificaram e reprimiram contratos ilegais entre grangeiros e assentados nos municípios de Viamão, Eldorado do Sul e Nova Santa Rita. Mas a prática está espalhada pelo Estado. O próprio Incra é acusado de fazer vistas grossas para arrendamentos, num polêmico processo judicial que resultou em denúncia contra o superintendente regional da autarquia da reforma agrária, Mozar Dietrich, por suposta coação aos arrendatários.

Além da expansão dos arrendamentos ilegais entre as 12,3 mil famílias assentadas no Rio Grande do Sul, um outro tipo de crime vem crescendo – o contrato de grava da venda do lote. No acerto, o antigo dono vira assalariado do comprador e fica vivendo no local,

servindo de disfarce para operação ilegal, conforme Zero Hora comprovou em várias reportagens desde 2001.

Por se tratar de negócios criminosos, não há registros oficiais. Ou seja, as autoridades não sabem o número de arrendamentos e vendas ilegais de lotes no Rio Grande do Sul, mas suas consequências podem ser visualizadas.

Como explicar e arrendamento em áreas excelentes para a lavoura?

A história da semente que está corroendo o MST se inicia com a indignação de um índio perante a miséria em que o seu povo vivia, imposta pelo arrendamento clandestino de suas terras. Nelson Xangrê, o cacique da tribo caingangue de Nonoi, no norte do Estado, desencadeou uma rebelião na madrugada de 4 de maio de 1978. Armou seus guerreiros com porretes, flechas e revólveres e expulsou da reserva indígena 1,5 mil famílias de agricultores brancos, que haviam arrendado a área com o incentivo de políticos.

– Aos brancos expulsos, eu disse que fossem lutar pela reforma agrária em outro lugar. Não ali, nas nossas terras – recordou a Zero Hora, no ano passado, o cacique Xangrê.

Os agricultores seguiram o conselho. Os expulsos formaram 35 acampamentos de sementeira à beira das estradas da região. O mais famoso deles era na Encruzilhada Natalino, um aglomerado de miseráveis às margens da rodovia que liga Passo Fundo a Ronda Alta e que entrou na história do Brasil como o “berço do MST”. Aprendendo a lição dada

por Xangrê, o MST nasceu pregando contra o arrendamento de glebas dos assentados. Em três décadas, pressionou a União e o Estado a assentar famílias em 12,3 mil lotes, com média de 20 hectares cada um.

A maior base dos 20 anos de invasões na pressão por reforma agrária era a Fazenda Annoni, um assentamento de 412 lotes feito nos anos 80, ao lado da Encruzilhada Natalino. O quadro se inverteu na última década. A influência e o poder dos arrendatários cresceram nos assentamentos. A tal ponto que na Annoni, onde vive parte dos líderes regionais e nacionais do MST, 30% dos lotes estão arrendados. A estimativa é de chefes do movimento. A surpresa é ainda maior porque, entre os arrendatários e compradores, há dois ex-líderes dos sem-terra.

Em alguns casos, o abandono, a venda ou o arrendamento de lotes têm razões fundadas na miséria vivida pelos assentados. Muitas vezes, eles são jogados em terras ruins, quase sem assistência (Mas o que explica que, em áreas excelentes para a lavoura, como a Fazenda Annoni, também exista arrendamento?

– O movimento cresceu demais e acabou se complicando – arrisca Darcy Maschio, um dos líderes e fundadores do MST no Brasil.

Ele acertou. Nos anos 90, foram incorporados às fileiras da organização os trabalhadores boiás-frios do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, além de ex-grangeiros do sul do Pará. No Rio Grande do Sul, os moradores da periferia foram levados para os acampamentos. Por serem pessoas urbanas, elas mudaram o perfil político do MST.



Aroz foi plantado em área arrendada em assentamento em Nova Santa Rita

carlos.wagner@zerohora.com.br
humberto.trezi@zerohora.com.br



O QUE!
ENCRUZILHADA
NATALINO.

Anexo D

ZERO HORA > DOMINGO | 17 MAIO | 2009

Geral > | 39 |

mancha num
rtão-postal

resentado como cartão-postal da reforma ia no Brasil, o assentamento da Fazenda ni, em Sarandi, é hoje território livre para datários e compradores ilegais de lotes. o é um caso isolado. No ano passado, uma -tarefa do Incra percorreu 183 dos 322 as- mentos gaúchos. Foram vistoriados cerca 0 lotes - e em 147 foram encontradas ir- regularidades. Uma dezena delas na Annoni.

Existem 322 assentamentos no Estado. Desse, o Incra é responsável por fiscalizar 183 (da União e administrados em conjunto com o governo estadual). Eles reúnem 8.333 famílias.

Invasão em 1985 por 1,5 mil famílias de agri- cultores do MST, a fazenda foi dividida pelo Incra em 412 lotes. Os sem-terra decidiram transfor- mar a Annoni numa espécie de kibbutz, uma granja aos moldes israelenses em que os imple- mentos e maquinário agrícola eram partilhados.

Tudo foi mudando ao longo das décadas. Os sem-terra esfarrapados que ocuparam a área se transformaram em pequenos empresários. Alguns adquiriram máquinas e fazem parte da classe média rural, teoricamente, não precisa- riam se envolver com ilegalidades para admi- nistrar suas propriedades. Mas uma parte deles optou pelo arrendamento clandestino de lotes.

POR QUE OCORRE

Mário Lill, dirigente do movimento e mo- rador da área, não comenta os arrendamen- tos. Mas é do conhecimento geral que a atual situação tem a ver com a luta que vem sendo travada entre grupos pela hegemonia política na direção do colegiado que comanda o mo- vimento, um confronto delatado por João Pedro Stedile, o rosto pelo qual o MST é co- nhecido nacionalmente.

Esta luta pelo poder resultou no expurgo de várias líderes, entre eles o padre Arnildo Fritzen (que fazia a ligação entre o MST e ala progres-

sista da Igreja Católica) e Mauri Castro (líder que surgiu na invasão da Fazenda Annoni). Soma- se aos expurgos o afastamento de deputados da organização, devido à decisão da direção de não apoiar mais a via parlamentar para nego- ciar suas reivindicações com o governo federal.

O efeito colateral dessa situação foi o dis- tanciamento entre os dirigentes da organiza- ção e os assentados e acampados. Essa situa- ção transformou o arrendamento e a venda ilegal de lotes em uma moeda de negociação nos assentamentos. Para convivência entre os grupos, instituiu-se a "vista grossa" a es- sas ilegalidades.

No ano passado, técnicos do Incra realizaram 700 laudos de vistoria, que resultaram em 147 casos de indícios concretos de irregularidades (1,7% das famílias assentadas).

O Incra abriu processos para investigar situa- ções como compra e venda de lotes, arrenda- mento, ocupação irregular, entre outros desrespeitos à legislação.



Final de 1978, famílias de agricultores brancos foram expulsas da reserva indígena de Nonoai. Angariques se revoltaram contra o arrendamento de terras por parte desses brancos. Sem ter para ir, os sem-terra acamparam à beira da rodovia que liga Passo Fundo a Ronda Alta. O local, intencionamento, ficou conhecido como Encruzilhada Natalino (foto abaixo). Dali os agricultores iam para invadir fazendas vizinhas. Foi a partir dessas iniciativas que nasceu, em 1984, o MST.

Dois critérios para cumprir a lei

Em duas situações semelhantes, o Incra usou critérios diferentes para cumprir a lei que proíbe o arrendamento de lotes da reforma agrária. O fato intriga a Justiça Federal.

Nas cidades de Viamão e Eldorado do Sul foram descobertos arrendamentos clandestinos. O Incra conseguiu na Justiça Federal a apreensão do arroz plantado pelos arrendatários, e os assentados estão respondendo a processo administrativo, pelo qual poderão perder seus lotes.

Bem diferente foi o que aconteceu no assenta- mento do MST Santa Rita de Cássia II, em Nova Santa Rita. Lá, Mozer Dietrich, superintendente do Incra, é apontado pelo Ministério Público Federal como responsável por um esquema de extorção de arrendatários de arroz. Quem denuncia é o procurador da República de Canoas, Adriano Raldi. Em decorrência da denúncia, Dietrich foi afastado do cargo pela Justiça Federal no início do mês. Só recobrou o posto mediante promessa de retirar famílias acampadas irregularmente no assentamento.

Conforme o Ministério Público, Dietrich, con- trariado com a presença dos arrendatários no assentamento de Nova Santa Rita, teria exigido que os granjeiros dobrassem a quantia paga aos as- sentados a título de aluguel das terras. Só assim eles escapariam de punições, como serem expul- sos da área. O dinheiro a mais seria destinado ao MST. Os lavoureiros, que tinham prometido pagar 18 mil sacas de arroz ao movimento, de uma hora para a outra teriam de "contribuir" com 36 mil sacas. O valor a ser desembolsado além do previsto supera R\$ 540 mil.

Depoimentos colhidos pela Justiça Federal in- formam que Dietrich teria comparecido a uma reunião e informado os arrozeiros de que tinham de dobrar a taxa de arrendamento.

"O Mozer e um outro do Incra fizeram uma reunião com a gente lá e disseram que teríamos

que fazer um acordo com os assentados... E nos botou contra os assentados, que ainda nos ame- açaram", relata uma testemunha no processo.

Os arrendatários interpretaram que os mili- tantes do MST "iam tocar fogo nas máquinas" e pediram ajuda da Polícia Federal. E com escolta que colhem a lavoura de arroz. A Justiça Federal decidiu a quem os grãos pertencem. Os arrozei- ros também dizem que Dietrich teria incitado os acampados no assentamento Santa Rita de Cás- sia II que, se forem despejados, invadam a Gran- ja Nenê (vizinha do assentamento).

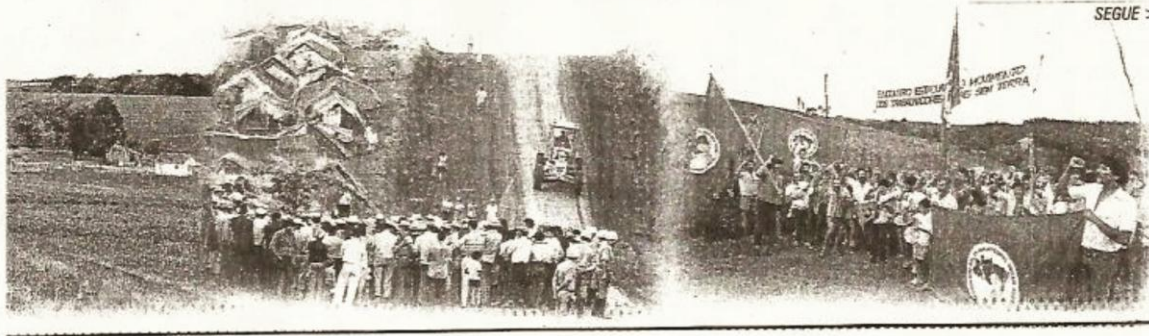
Superintendente diz que recomendou
acerto entre envolvidos e saiu de cena

Questionado por Zero Hora, Dietrich refuta com veemência seu envolvimento em arrenda- mentos clandestinos e na extorção.

— O senhor procurador está mal informado e não procurou ouvir o outro lado na questão. É rí- dículo. Assim que tudo estiver esclarecido, eu vou exigir reparação moral — afirma.

Dietrich reconhece que mandou arrendatários e assentados se acertarem e diz que saiu de cena. Nega que tenha exigido qualquer compensação financeira. Ele afirma que, em Nova Santa Rita, existia uma parceria entre assentados e lavourei- ros, na qual os primeiros entram com trabalho e os donos de máquinas, com os instrumentos para atuar na terra. A fórmula é tolerada pelo Incra nos três primeiros anos de um assentamento. O problema é que isso teria se desvirtuado até se transformar em arrendamento.

Dietrich diz que agiu assim, diferentemente do que ocorreu em Viamão e Eldorado do Sul, por- que em Nova Santa Rita a situação jurídica ain- da não estava clara. Recomendou, então, que os envolvidos se acertassem e, após a colheita, colo- cassem um fim nos arrendamentos ilegais.



SEGUIE >

Preço em ASSENTAMENTO atraiu produtores de SC

Os arroteiros catarinenses que plantam ilegalmente nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre são financiados por moinhos de beneficiamento de arroz das cidades do sul de Santa Catarina.

O arrendatário tem acesso ao dinheiro para comprar máquinas, sementes, combustível e até para construir residências com facilidade. Mas todos os riscos ficam por conta dele. O nome do financiador não aparece na operação.

No dia 7, Zero Hora conversou com um financiador de arrendatário clandestino. Ele falou mediante compromisso de que seu nome não fosse divulgado. Contou que os catarinenses iniciaram a migração para a Região Metropolitana no final dos anos 90. Na época, o preço do arrendamento do hectare para plantar arroz no território catarinense era de 30 sacas por hectare (hoje é de 45). Nas terras gaúchas, era de 20 (atualmente é de 30), o que explica a debandada rumo ao Rio Gran-

de do Sul. Os assentados gaúchos estavam arrendando terra para arroz por 12 sacas por hectare (hoje são 25).

— Houve o interesse dos beneficiadores de arroz de financiarem a migração, para ter acesso a produto com menor preço. O financiamento é fundamental, porque os produtores são filhos de pequenos granjeiros, que não têm capital — informou o financiador.

Nos primeiros anos, os migrantes arrendavam terras na Região Metropolitana.

— O preço baixo dos arrendamentos em assentamentos provocou a vinda de uma enxurrada de gente. A tal ponto que hoje são mais de 2 mil famílias vivendo de arrendamentos, uma boa parte em áreas do Incri — diz o plantador.

Com o tempo, os arrendatários catarinenses foram "pegando o jeito" do negócio. O trato sempre era feito com o líder do assentamento, que ganhava uma fatia dos ganhos dos assentados. O principal alvo dele é o as-

sentado arrematado pelo MST nas vilas, descrito pelo financiador como uma pessoa mais interessada no lucro imediato do que nas questões políticas defendidas pelo movimento.

No ano passado, a grande procura de terras para arrendar mudou o acordo entre arrendatário e dono do lote: agora o assentado exige adiantado o valor do arrendamento, que subiu de 12 sacas por hectare para 25.

— Por não ser agricultor, este pessoal assentado não produz. Então, ao arrendar as terras deles, estamos prestando um serviço social para o governo, porque o mantemos na terra e não nas vilas — diz o financiador.

Podem até ser do desconhecimento do arrendatário que é proibido arrendar terras nos assentamentos. Mas os financiadores sempre tiveram conhecimento que estavam financiando uma operação ilegal, tanto que o nome deles não aparece e os riscos ficam por conta do arrendatário.

Plantador de arroz gastou R\$ 260 mil

Catarinense de Sombrio, o plantador de arroz Valnei dos Santos, 37 anos, decidiu arriscar todas as economias e ainda se endividou para apostar no plantio em assentamento do Incri em Eldorado do Sul. Seguiu o conselho de um amigo, que tinha se dado bem em Viamão. Investiu R\$ 60 mil no arrendamento de terras pertencentes aos assentados e afirma ter gasto cerca de R\$ 200 mil no preparo da lavoura. Pós o dinheiro na mesa e perdeu tudo em meio à briga do MST com a Justiça. Agora tenta a via judicial para recuperar o valor investido.

Ele diz que o Incri sabia do arrendamento, mas fazia que não encobria. Valnei arrendou terras há seis anos no Rio Grande do Sul. Vem para o Estado com uma leva de catarinenses que já soma, segundo seus cálculos, 2 mil famílias. Alguns atuam como empresa, outros de forma individual. Vieram atrás de bons negócios. No caso de Valnei, arrendou primeiro áreas de uma tradicional família porto-alegrense, em Guaíba. No ano passado, decidiu investir num assentamento do MST em Eldorado do Sul.

— Comprei fiado três tratores, que ainda estou pagando. Paguei adiantado os assentados pelo aluguel das terras. Quero meu arroz de volta, senão estou quebrado — reclama Valnei.

Para cada família de quem arrendou terra, Valnei diz ter pago R\$ 3,5 mil de adiantamento, mais R\$ 3 mil prevenido o que seria colhido e mais R\$ 3 mil a título de adiantamento para o plantio da próxima safra. No entender dele, um presente de pai para filho. A compensação: as áreas são ótimas para o arroz, e ele acredita que colheria 9 mil sacas do produto, o equivalente a cerca de R\$ 438 mil.



Valnei dos Santos se endividou para plantar em um assentamento do Incri em Eldorado do Sul

Por que o MST perdeu o controle dos assentamentos

- 1** Crescimento desordenado: a direção da entidade perdeu o controle sobre os militantes.
- 2** Falência de cooperativas: as cooperativas ligadas ao MST, que implantaram a estrutura nos assentamentos, quebraram por falta do pagamento das dívidas dos associados. Aproveitando o espaço, as empresas cerealistas entraram e tomaram o lugar na venda de insumos e compra de cereais.
- 3** "Recampaniação": é o termo pelo qual

o MST define o trabalho de alicenciamento de adeptos nas vilas urbanas. A tentativa é transformar em militantes viliteiros oriundos do campo. Foi uma estratégia colocada em prática no final dos anos 90, com a escassez de filhos de agricultores na roça. O tiro saiu pela culatra.

— Foi inoculado o gene da malandragem nos acampamentos e assentamentos — diz um integrante da direção estadual do MST.

- 4** O isolamento político da direção: causado pela radicalização na política, teve como consequência os expurgos na organização.

Venda de terra gerava punição

Arrendamento de terras e venda de lotes recebidos do governo, hoje tolerados em alguns assentamentos, já foram crimes graves, na ótica do MST. Tão graves que eram punidos por "grupos de disciplina". Em 7 de setembro de 2001, a ação de um desses grupos — uma milícia armada — resultou, conforme inquérito da Polícia Civil, na morte do agricultor Pedro Milton da Luz Pedroso, 49 anos, assentado em Joia. Dias antes de ser morto, ele teria recebido recados para deixar o assentamento, onde comprara terras de terceiros. Pelo menos outras quatro famílias de agricultores da região relataram ter sofrido ameaças do "grupo de disciplina" do MST. Um grupo de 18 agricultores foi preso, julgados pelo homicídio, foram absolvidos por falta de provas.

A plataforma para invasões

Não foi uma coincidência que, no mesmo período em que o MST mantinha um cerco à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (no Norte), situação idêntica acontecia na Granja Nenê, em Nova Santa Rita (Região Metropolitana).

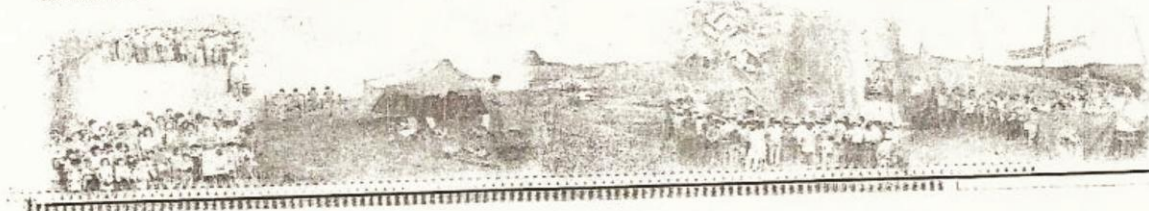
Nos dois lugares, os sem-terra montaram um centro de operações, acampamentos de onde eram organizadas invasões. Em Coqueiros, a base foi desativada, por ordem judicial. Mas em Nova Santa Rita segue funcionando. Daí, são enviados militantes para bloqueios de estradas, fechamento de pedágios e invasões de terras.

A Granja Nenê já foi invadida pelo MST. Já vezes desde 2004. Ladeada por um assentamento do MST e de frente para um acampamento, a fazenda representa hoje aquilo que, no passado, foi a fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul.

O movimento montou ao redor da Granja Nenê o seu QG metropolitano. Ali arrecada dinheiro com arrendamento. Mas essa não é a única ilegalidade. Em depoimento ao Ministério Público, moradores do assentamento que não integram o MST dizem que assentados praticam abigeato.

A prática de crimes comuns tem sido uma das distorções vivenciadas pela militância do MST. Para ficar em apenas um caso, recente: em fevereiro de 2004, dois integrantes do assentamento Filhos de Sepé, em Viamão, foram presos por porte ilegal de arma. Na revista nas 500 casas, os agentes encontraram nove espingardas, um revólver, uma garrucha e dezenas de cartuchos de munição. Dezenas de registros de abigeato contra acampados do MST acumulam nas delegacias próximas a Coqueiros do Sul.

O MST não comentou o assunto.



Anexo F

24/5/2011

Governadora pede apuração "com rigor..."

Plantão >

Questão agrária | 21/08/2009 | 11h46min

Governadora pede apuração "com rigor" sobre morte de sem-terra em São Gabriel

Colono foi morto com um tiro no tórax durante desocupação da fazenda Southall

Atualizada às 14h22minCarlos Wagner | carlos.wagner@zerohora.com.br

A governadora Yeda Crusius se manifestou na manhã desta sexta-feira sobre a morte de um sem-terra durante a desocupação da fazenda Southall, em São Gabriel. Elton Brum da Silva, 44 anos, foi socorrido, mas chegou sem vida ao Hospital Santa Casa de Caridade por volta das 9h40min, após operação da Brigada Militar (BM). Conforme o hospital, ele foi ferido com um disparo de arma de fogo que atingiu seu tórax. Não se sabe de onde partiu o disparo. Yeda pediu uma apuração "com rigor" sobre o ocorrido.

— Não é uma notícia boa. A apuração deve ser feita com rigor e de maneira aberta — declarou a governadora.

Yeda participava na manhã de hoje da inauguração de leitos no Hospital Parque Belém, na zona sul de Porto Alegre.

Anexo G

24/5/2011

Abril Vermelho gera divisão no MST do ...

Plantão >

Geral | 15/04/2010 | 05h00min

Abril Vermelho gera divisão no MST do RS

Um grupo defende grandes mobilizações, mas outro quer protestos menores

Carlos Wagner | carlos.wagner@zerohora.com.br

Dividida, a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a pouco mais de duas semanas do final do mês, ainda discute como serão feitos os protestos para marcar o Abril Vermelho no Rio Grande do Sul. Um grupo defende a realização de “manifestações relâmpagos”, e outro, prolongados fechamentos de estradas, invasões e manifestações políticas. A divisão na direção do MST é resultado do esfacelamento político do movimento, causado por lutas internas.

A data lembra o massacre de 19 agricultores por policiais militares, em abril de 1996, durante um confronto em Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. A decisão sobre que formas os protestos tomarão em solo gaúcho deverá ser tomada em uma reunião dos coordenadores, mas, até ontem, o encontro decisivo não tinha data marcada para ocorrer. Estava acertado apenas que ela seria realizada no interior de Eldorado do Sul, na Região Metropolitana.

No dia em que encontro ocorrer, um grupo defenderá que seja dado um forte recado de repúdio ao agronegócio, às florestadoras e à criminalização dos movimentos sociais. Esse grupo pedirá que o centro das manifestações seja a cidade de São Gabriel, onde, em agosto passado, o sem-terra Elton Brum foi morto pelo policial militar Alexandre Curto dos Santos durante um confronto na desocupação da Fazenda Southall. Santos responde por homicídio qualificado na Justiça em São Gabriel.

Outro grupo de coordenadores vai se propor manifestações relâmpago, a exemplo das que foram feitas no ano passado. Na época, houve uma invasão à Fazenda São João, na localidade de Armada, no interior de Canguçu, que durou duas horas, e uma caminhada de acampados e assentados da região da Fronteira até São Gabriel. No final da tarde de ontem, um dos coordenadores do movimento falou que inclusive há possibilidade de o protesto se reduzir a um evento.

Fazendeiros mantêm vigilância no campo

Seja qual for a decisão da coordenação gaúcha do MST, ela deverá seguir a tradição dos movimentos sociais em ano de eleição presidencial: diminuir o volume e a intensidade dos protestos. Neste ano, na primeira semana do Abril Vermelho, em São Paulo, o MST invadiu cinco prédios públicos e três fazendas. Em Pernambuco, foram 16 invasões. O auge dos protestos foi em 2004, quando aconteceram 103 invasões no Brasil. No ano passado, foram 29 no país, uma deles no Estado.

Anexo H

ZERO HORA > QUINTA | 26 | FEVEREIRO | 2009

ZH hoje >

Página Cadete	36 páginas
Arquivo	4 páginas
Suplemento Cadete	12 páginas
Sobre Férias	8 páginas
Trabalho de Edição	80 páginas
Classificados: Capital	28 páginas
Matriz	29 páginas

Página do Leitor	2
Informe Especial	2 e 3
Reportagem Especial	4 e 5
Página	6 a 14

Edição: O jornal que não espera mais das perspectivas para a economia e o fim contra o outro 2 de dentro mais alta na política... 15

Economia	18 a 21
Indicadores	32 e 33
Mundo	34 e 35
Qual	36 e 43
Tempo	42
Política	44
Espetáculos	47 e 53
Atividade Gastrô	54
Atividade	55
Página Surpresa	55

ZH ontem >

ZH pagou a conta de com aumentos de valores que nos noticiários mais chamaram a atenção naquela edição. Não são incluídas seções ou colunas no envelope. As notícias ou reportagens mais clicadas ontem foram:

✓ Banco Mundial vê Brasil menos vulnerável	21,7%
✓ Sem resaca na volta para casa	19,6%
✓ Imperadores é campeão	15,2%

ZH amanhã >

Gastronomia
Merenda fica melhor com pães, cucas e bolos



Bastidores da volta às aulas

Polêmica no ar

Rádio Gaúcha (9h30min)
Hoje: Quando você escolhe um filme para assistir, leva em conta o número de Oscars que ele conquistou?
Sim 3299-2601
Não 3299-2602



PALAVRA DO LEITOR

Editor: Pedro Chaves > 3218-4332 | Editora Assistente Interina: Franciane de Freitas > 3218-4335

66 *O papel do professor é fundamental na educação. Mas a família também deve cumprir seu papel de educador.* 99
Felipe Spalher, assistente social - Marau

Carnaval maravilhoso

O Carnaval da Sapucaá, no Rio de Janeiro, é o lado puro da alma brasileira que desfila, sem máscara. O desfile é, sem dúvida, uma das maravilhas do mundo ou, no mínimo, o maior espetáculo da Terra. Eis aí um pleito ao ministro da Cultura: que viabilize esse título.

Danabio Fialho
Ator - Porto Alegre

O Carnaval é mágico. Encanta-nos a quase todos, mostra a infinita capacidade de criação e, de contrapeso, descartamos alguns dias de ouvir a "podridão" social que se abate sobre nós.

Júlio Pedro Querotti
Jornalista - Porto Alegre

A alegria do presidente Lula e sua cara de felicidade durante as atividades mornas do Sambódromo do Rio de Janeiro nos forçam a crer que realmente ele não sabe de nada que se passa no seu reinado.

Geraldo Siffert Junior
Médico - Rio de Janeiro

Tornozeleiras

A instalação de tornozeleiras eletrônicas em presos do sistema semi-aberto é mais uma ideia mirabolante de quem não tem o que fazer. O Estado não pode comportar a despesa de manutenção deste artefato.



José Alfredo Chahér Preto de Oliveira
Médico - Cairós do Sul

Pessimismo

Se os tribunais, por hipótese, resolvessem cassar todos os políticos que praticaram algum tipo de corrupção nas últimas eleições, tipo

compra de voto, distribuição de gasolina ou promessa de emprego, teriam de convocar novas eleições porque não sobriaria ninguém, mesmo entre os que não se elegeram. Mas a culpa não é só dos políticos pois hoje em dia o povo só vota se levar alguma vantagem.

Nelson Luerman
Aposentado - Erval Seco

Material inferior

Em menos de dois anos, o trecho entre São Borja e Panambi da BR-285 foi refeito e já está sem condições de uso. Não me venham dizer que é por excesso de peso dos caminhões. Se se constroem caminhões com maior capacidade de carga, que se constroam estradas adequadas a essas capacidades.

Nilson Sallet
Empresário - Santo Angelo

Tratamento desigual

As empresas devedoras de tributos estaduais são beneficiadas através de leilões públicos que oportunizam a regularização de suas dívidas. A flagrante inversão observada no tratamento dado a nós, credores do Estado (precatórios), é preocupante. Sendo assim, todos ao leilão.

Sofia Martinez Gularie
Aposentada - Porto Alegre

Contra o pedágio

Fiz uma viagem de Cachoeira do Sul, passando por Gramado, Canela, e segui pela Rota do Sol. Passei pelo Litoral e voltei a Cachoeira. Gastei R\$ 110 de combustível e fui roubado em R\$ 53 de pedágios para circular em estradas remendadas, e malconservadas.

Carlos Valdir Soares Pereira
Microempresário - Cachoeira do Sul

Obras interrompidas são questionadas

Ao observar que as obras de duplicação do trecho do viaduto sobre os trilhos da viação férrea da BR-386, entre Nova Santa Rita e Canoas, estão paradas e que a iluminação pública na BR-116, entre Canoas e Porto Alegre, praticamente inexistente, o advogado Mário Luiz Borella De Conto, de Canoas, resolveu dividir sua angústia com os leitores de ZH:

"Existe uma explicação plausível para esta anomalia na BR-386? E quanto à rodovia BR-116, de quem é a responsabilidade pela instalação e conservação das luminárias?"

O engenheiro Carlos Adalberto Pitta Pinheiro, supervisor da unidade local do Dnit de São Leopoldo, explica: "Quando da ampliação da BR-386, trecho Tabai-Canoas, estava em tramitação o processo do Polão (envolvendo várias rodovias na região metropolitana) e dentro das obras previstas estava a duplicação desse viaduto, razão pela qual ele não foi incluído na ampliação".

Sobre a instalação e conservação das luminárias na BR-116, trecho Canoas-Porto Alegre, a prefeitura de Canoas esclarece: "Apesar de a iluminação pública no trecho citado pelo leitor ser responsabilidade do município, por se tratar de uma rodovia federal, existe um projeto do Dnit para recuperar, de forma padronizada, as luminárias no trecho Canoas-Novo Hamburgo".



Informe

Opinião ZH

As escolas dos sem-terra

A polêmica em torno das escolas itinerantes, usadas por crianças de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não pode se restringir à disputa ideológica que divide até a Igreja Católica. O que realmente interessa é saber como cerca de 500 alunos que hoje têm aulas debaixo das típicas lonas pretas vão continuar estudando. O MST promete contrariar a decisão, determinada por acordo entre o Ministério Público Estadual e o Palácio Piratini, mantendo as escolas itinerantes em acampamentos do interior. Mas o ano letivo está por começar e esta questão precisa ser resolvida com objetividade e transparência, para que a população atendida hoje não fique desprotegida. Seria inaceitável que, por razões para as quais não contribuíram, essas crianças e adolescentes, além do rótulo de sem-terra, tivessem que arcar com o de sem-escola.

Foto do leitor

> Fotos curiosas ou de flagrantes podem ser enviadas a ZH pelo e-mail leitor@zerohora.com.br



Matheus Silva conseguiu captar uma foto curiosa no Centro Popular de Compras, na Capital.
- A arquitetura permite um olhar interessante de nosso Centro - comentou.

Sobre ZH

O X da educação

Muito oportuna a coluna de Rosane de Oliveira de domingo, dia 22, em cobrar uma atitude de quem deveria fazer algo por tanta incompetência no ensino estadual. O problema maior é que as escolas são avaliadas por um maior nível de aprovação. As professoras são pressionadas pela diretora para aprovarem um número maior de alunos possível. Assim elas ficam de bem com seus superiores que maquiagem estes dados para se saírem bem com quem devem se explicar. Eles fazem de conta que ensinam para não se incomodarem. Infelizmente é esta a nossa realidade.

José Mattos
Representante comercial - Campo Bom

Simply adorei o texto "A Escola pública é a Geni", da professora Renata Ferreira Rios, no caderno Cultura de sábado, dia 21.

Foi comentada em todos os aspectos a situação da educação nos dias atuais, trazendo assim uma reflexão para todos pensarem a escola como escola, como uma instituição de ensino-aprendizagem, sem deixar de lado a construção de conhecimentos com afeto, responsabilidade, disciplina, educação e principalmente respeito.

Glória Janini de Pellegrin
Professora - Sobradinha

> As cartas devem ser endereçadas à seção Palavra do Leitor com nome, profissão, endereço, número da identidade do remetente e fax para contato. ZH reserva-se o direito de selecionar as melhores para publicação. Publicadas ou não, não são devolvidas. E-mail: leitor@zerohora.com.br Fax: 3218-4365

Questão agrária Em São Gabriel, Secretaria da Educação diz que as crianças serão transferidas para uma escola estadual

Estado prevê vaga para aluno de acampamento

CARLA DUTRA

Entenda o caso

As cerca de 70 crianças que, segundo levantamento da Secretaria Estadual de Educação, deixaram de contar com a escola itinerante ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de São Gabriel estudarão na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas. O transporte dos alunos deve ficar a cargo do município, segundo a prefeitura.

> A suspensão das atividades das escolas itinerantes do acampamento do MST é fruto de um Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Estadual e a Secretaria Estadual de Educação (SEC) assinado no fim do ano passado

de 500 alunos, sem concurso público

> Além disso, a secretaria repassava cerca de R\$ 16 mil mensais para a ONG Instituto Preservar, que se encarregava de controlar e gerir os professores para cerca

> Pelo acordo, as crianças que estudavam nas escolas itinerantes serão obrigadas a se matricular na rede formal de ensino

> A extinção provocou reações. A Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra, que divulgou uma nota condenando a medida e tachando-a de "terrorismo cultural"

Funcionamento das escolas itinerantes dos acampamentos MST, depois de 13 anos de funcionamento, foi determinado por um acordo do Ministério Público Estadual com o Piratini. Em São Gabriel, conforme a secretaria, a demanda seria de 70 crianças.

A estimativa contraria os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que mostram uma situação mais preocupante, às vésperas do início do ano letivo, na próxima segunda-feira. O órgão federal estima uma demanda de 302 crianças em idade escolar nos quatro assentamentos de São Gabriel, em áreas adquiridas em 2008. O número diz respeito a integrantes de 490 famílias transferidas para o município.

Secretaria garante que atenderá demanda

De acordo com o prefeito, atualmente as escolas municipais de São Gabriel atendem cerca de 6 mil estudantes no Ensino Fundamental. O Estado seria o responsável por outros

6 mil vagas nos Ensinos Fundamental e Médio.

Diretor-geral da Secretaria de Educação do Estado, Ervino Deon também afirmou desconhecer a demanda de 300 alunos.

— Estamos com 70 alunos na escola itinerante, que vão ser atendidos numa escola pública estadual e já foram matriculados. A coordenação de educação desconhece esse número de 300 alunos. Supostamente, seriam referentes a mais famílias que estão sendo transferidas para o assentamento. Se isso se configurar e se elas precisarem de escola, vamos dar atenção, vamos oferecer escola a todas elas. Não há essa demanda nos nossos registros — afirma.

carla.dutra@zerohora.com.br

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRIUNFO
CONCORRÊNCIA 02/2009 - AVISO DE EDITAL
 O Município de Triunfo comunica que receberá no dia 30 de março de 2009, às 9 horas, na Prefeitura Municipal de Triunfo, Rua XV de Novembro nº 15, os envelopes de habilitação e proposta para aquisição de (dois) ônibus metropolitanos. Informações na Gerência Municipal de Compras, Licitações e Contratos, das 8h30min às 11h45min, ou pelos fones: (051) 3054 - 3056 ou 3054-3017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO (PRAZO 20 DIAS)
 Causa: Exatidão: CAUSA ECONÔMICA FEDERAL - Pelo presente edital, por estar em lugar ignorado, fica notificado a pessoa abaixo nomeada para ciência de que estava autorizada na forma da lei (Decreto nº 175 de 21.11.00 e Reglamentação Complementar), e promover a execução extrajudicial dos créditos que o nomeado tem em favor de Paulo Roberto de Paiva (RIS) da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, onde foi criado o financiamento, em qualidade de (SEU CONTRATO: 2.8607.2002.0438 - SID: 0.42.882/08 MATRÍCULA: LAZAR ROBERTO PRUI DO AMARAL, advogado, O 202.023.243-2/05-079 e 012.1.022.350-07) e seu mulher MARILEI TORRES DA SILVA AMARAL, do Rio, CI 101.371.9057-559/RIS, CPF nº 425.043.580-72, lombos, casadas pelo regime da comunhão universal de bens, domiciliadas e residentes em São Francisco de Paula, Rua Santa Rosa, 13.750 do RJ, INSC. 116.000.000-00, Legado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco de Paula/RIS, valor do crédito em 09/01/2009 - R\$ 4.212,72 (quatro mil duzentos e doze reais e setenta e dois centavos), que será devidamente atualizado a favor do credente, em virtude de multa contratual decorrente de inadimplência. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2009. COMPANHIA PARANAENSE DE CREDITO MOBILIÁRIO - AGENTE FIDUCIÁRIO - Publicação em dias 25/02, 26/02 e 27/02/2009 no Jornal Zero Hora.

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL
 O Sistema FIERGS, através do SESI/RS - Serviço Social da Indústria do Rio Grande do Sul, abre o edital da Campanha de Vacinação Contra a Gripe 2009 às indústrias especificadas no item 2.2 do edital.
 O edital estará disponível no site www.sesi.org.br, no banner da campanha, do dia 25 de fevereiro de 2009 até o dia 13 de março de 2009.

FIERGS SESI

EDITAL DE INTIMAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PRAÇA ÚNICA
EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL Nº 2007.71.04.00157-4/RIS. EXECUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. ADVOGADOS: ERVINO DEON E RODRIGO SERRANO DA SILVA. EXECUTADO: BARILEM JELINSKI JUNIOR. EDITAL Nº 432/2008. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR RAFAEL WOLFF, JUIZ FEDERAL, SUSTENTOU NA TITULARIDADE PLENA DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO GRANDE, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, FRIZ SAKETI, a todos quantos o presente Edital vier em sua ciência conhecimento livre, que será levado a Praça Única, pelo Rito da Lei nº 5.747/71, na data, hora e local abaixo indicados, o bem pertencente aos autos da Execução de Título Extrajudicial nº 2007.71.01.00157-6, que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CEG/MF nº 03090.300/0001-04 move contra BARILEM JELINSKI JUNIOR, brasileiro, solteiro, comerciante, CPF nº 829.852.340-34, residente e domiciliado na Rua Anselmo, 758, em Taboãozinho, município de São José do Rio Preto, com impedimento externo das 13 às 18 horas. Data Única: 09/3/2009, às 14 horas. Local: Praça Nova Pimenta. Local: Praça Nova Pimenta, 63. Desapropriação de bens: "Um prédio de alvenaria, térreo, superior com telhado de concreto armado, com estrutura de um pavimento de alvenaria comum, sob o número 104, tendo de frente para o alto corredor para a casa anexa de frente, com acesso pelo número 705-4 para Avenida Brasil, no Bairro Francisco Ernesto Bachion, na zona urbana deste cidade, entre as casas 2 e 4, com área predial de 42,50m², área de uso comum de 2,50m² com área total de 45m², a ser quitada, no termo, uma fração ideal de 02,50m², mediante todo o terreno próprio (lote nº 13) da Quadra nº 01/10, 02m de frente, no sítio, para Rua de Ar. Brasil, a contar de um ponto distante 30,20m de esquina de Estrada União de América do Norte, ao norte, e que se largura no fundo, ao leste, sendo medida com o lote nº 5 por 25,00m de comprimento, por ambos os lados, pelas cotas seguintes, ao norte, com o lote nº 18, e ao sul, com o lote nº 20, matricula 21.401 do Registro de Imóveis do Rio Grande." Valor da dívida: R\$ 2.240,89 (dois mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos), em 27/12/2007. Ocaso de imóvel encontra-se hipotecado em favor de Caixa Econômica Federal, conforme H.5/21.401 do Livro 2 do Registro de Imóveis do Rio Grande/RS. As costas da arrematação correspondente a 0,5% (meio por cento) do respectivo valor, ficando estabelecido o valor mínimo em R\$ 10,04 (dez reais e seiscentos e quatro centavos) e o máximo em R\$ 1.315,30 (um mil, trezentos e quinze reais e trinta e cinco centavos), devendo ser paga pelo arrematante no ato da arrematação. Caso não seja o devedor encontrado, fica revogado o Edital de realização da Praça Única em favor de CEF, para que chegue ao conhecimento de todos, passa-se o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. BADO E PASSADO nesta cidade do Rio Grande, aos 10 dias de Janeiro de 2009. Eu, Vanessa da Rocha Veiga, Analista Judiciária, digitei e certifiquei. E, eu, Maria Cristina Caldas de Sousa, Diretora de Secretaria, reconheci.

Mendes critica repasse para os sem-terra

Brasília

As invasões de fazendas em São Paulo coordenadas por José Rainha e ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Pernambuco provocaram a revolta do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Ele convocou a imprensa para dizer que os repasses de dinheiro público a movimentos que atuam dessa forma são tão ilegais como as ocupações realizadas durante o Carnaval. Mendes cobrou que Ministério Público fiscalize os repasses.

O ministro ressaltou que a legislação sobre a reforma agrária proíbe o envio de dinheiro público a movimento que realiza invasão de terras. O governo federal costuma transferir dinheiro a cooperativas ligadas ao MST.

— O financiamento público de movimentos que cometem ilícito é ilegal, é ilegítimo — disse.

O ministro lembrou que o STF considerou constitucional a proibição de repasses, no julgamento liminar (decisão provisória) de uma ação proposta contra a medida provisória, em 2004. A ação foi apresentada pelo PT e pela Contag, quando o partido ainda era oposição, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mendes também voltou a criticar as invasões:

— Os movimentos sociais devem ter toda a liberdade para agir, manifestar, protestar, mas respeitando sempre o direito de outrem. É fundamental que não haja invasão da propriedade privada ou pública.

O ministro defendeu uma resposta adequada da justiça, de forma serena (mas firme). Disse que a sociedade tem tolerado indevidamente os radicalismos dos sem-terra.



Gilmar Mendes,
 Presidente do STF
 "O financiamento público de movimentos que cometem ilícito é ilegal, é ilegítimo."

A manifestação de Mendes foi uma reação às quatro mortes em um conflito agrário em São Joaquim do Monte (PE) e à onda de invasões no interior paulista no feriado prolongado de Carnaval.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não quis comentar as declarações do presidente do STF. Por intermédio de sua assessora, Cassel afirmou apenas que respeita as declarações de Gilmar Mendes.

Licitações

Faça como manda a lei: publique em jornal de Grande circulação.

Publicidade legal é na Zero Hora

ZERO HORA

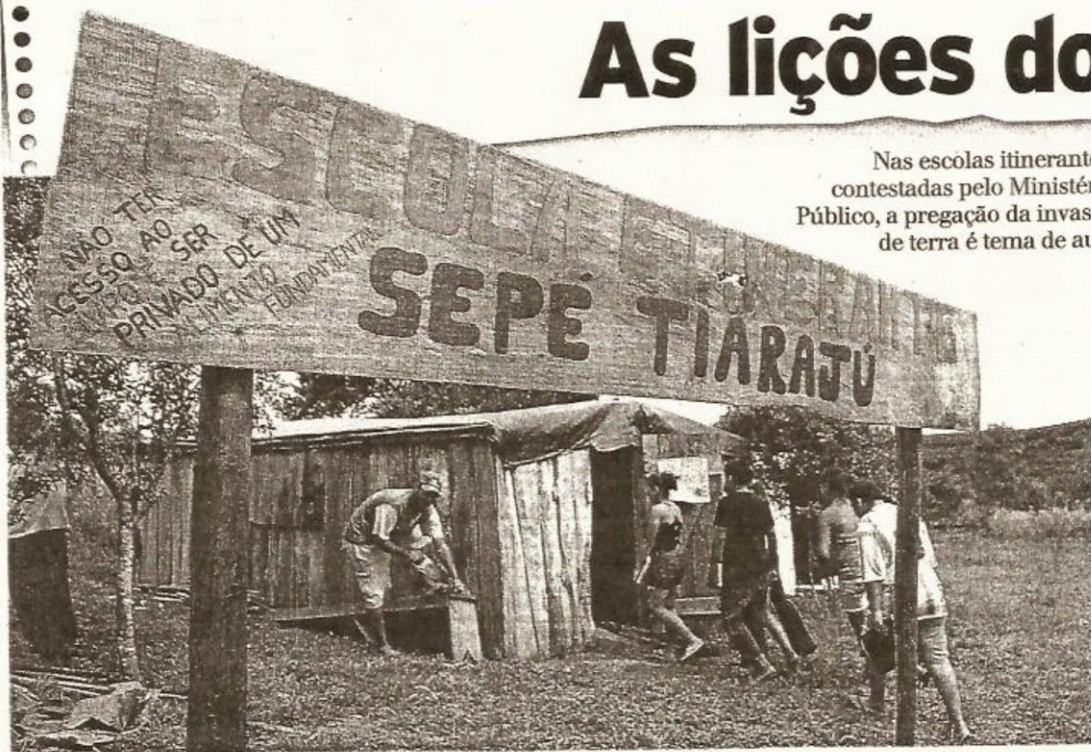
Anexo J

34 | Geral >

ZERO HORA > DOMINGO | 8 | MARÇO | 2009

As lições do

Nas escolas itinerante
contestadas pelo Ministério
Público, a pregação da invasão
de terra é tema de aula



Rosa e Natalino



Rosa e Natalino são dois personagens de desenho incorporados na cartilha *Es-tórias de Rosa*. Representam duas crianças que vivem em acampamentos do MST. Em meio a brincadeiras, pescarias e passeios pela mata, eles recitam para os alunos alguns ditames do movimento:

— Para viver uma vida digna e produzir os alimentos que precisamos, é urgente que ocupemos a terra improdutivo — ensina Natalino, cujo nome homenageia o primeiro acampamento daqueles sem-terra que viriam a formar o MST.

— Na semana seguinte ocupamos a fazenda do Coronel Curió. Eu, minha mãe, meu pai e muitas famílias entramos na terra com bandeiras, foices, enxadas — diz Rosa, simbolizada por um bebê ainda na barriga da mãe, vestido com camisola do MST.

HUMBERTO TREZZI

Com paredes de madeira, cobertas de plástico preto, as salas de aula têm apenas um quadro-negro, porta e duas janelas. Na fachada, uma faixa de pua no branco traz o nome da escola e dizeres sobre a importância da leitura.

Em alguns lugares, grupos de homens se veem às voltas com tábuas e serrotes para moldar classes e cadeiras — de dois lugares, integradas, à moda antiga. Assim são as 12 escolas itinerantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde estudam cerca de 500 crianças e cujo fechamento foi determinado pelo Ministério Público em meados de fevereiro.

Como se pode ver, são bem mais precárias do que os colégios que a maioria dos gaúchos frequenta. Mas a diferença está longe de ser apenas física. O que motivou promotores públicos a se voltarem contra as escolas dos acampamentos é o conteúdo das aulas. Nas cartilhas preparadas pelo Coletivo Nacional de Educação do MST, às quais Zero Hora teve acesso e que são utilizadas pelos professores das escolas, a velha pedagogia do "vovô viu a uva" ganhou o reforço de expressões ideologicamente engajadas. Nos cadernos rabiscados pelos jovens "sem-terrinhos", proliferam mantras do tipo "ocupar, resistir, organizar".

São frequentes também questionamentos à autoridade e queixas contra o sistema vigente no país. As crianças são ensinadas a se prevenir contra a aparição de policiais e fazendeiros.

— Quais os riscos que vamos correr? Que cuidados devemos ter? — ensina uma das apostilas, destinada a alunos que participam de uma invasão.

Em cada escola, quatro professores se alternam, durante manhã e tarde. São contratados sem concurso e, via de regra, são pessoas identificadas com os sem-terra. Os textos que as crianças devem discutir sempre envolvem o MST e invasões de terra, algumas vezes com lições de história distantes da versão ensinada nas escolas regulares. É o caso da fazenda situada na Encruzilhada Natalino, uma das primeiras invadidas pelos sem-terra gaúchos. Numa cartilha é ensinado que ela pertencia ao Coronel Curió. Na realidade, este oficial, Sebastião Curió, era interventor do Exército num acampamento situado na região.

Intenção seria manter aulas mesmo sem verbas

É por discordar de ensinamentos como esses que o Ministério Público sugeriu o fim do repasse de verbas estaduais às escolas itinerantes, que funcionavam há 13 anos. Mais do que isso: os pais das crianças estão obrigados a matriculá-las em escolas regulares, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

A secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, diz que acatou de bom grado a recomendação do Ministério Público. Ela relata que as coordenadorias regionais de Educação eram orientadas a acompanhar o conteúdo pedagógico das escolas itinerantes, mas isso nem sempre acontecia, porque a direção do MST criava obstáculos para a entrada dos funcionários da se-

cretaria nos acampamentos. Mariza afirma que as pessoas têm direito de divulgar seus valores, desde que não afrontem cláusulas pétreas da Constituição:

— Escola não é lugar de textos com concepção político-programática. Para isso existem partidos, sindicatos... Não tenho dúvida que as crianças acampadas, ao frequentarem escolas regulares, terão um ensino de melhor qualidade. Receberão uma formação plural, tolerante, sem essa visão unilateral que lhes é repassada nos acampamentos.

Se depender do MST, as escolas vão continuar funcionando, mesmo sem verba oficial — R\$ 16 mil destinados a uma ONG, que os repassa a professores dos acampamentos. As aulas serão dadas de forma clandestina, confidência uma simpaticante dos sem-terra.

A defesa enfática das escolas itinerantes é feita pelo deputado Dionísio Marcon (PT), ligado ao MST. Ele argumenta que esses colégios seguem o método do educador Paulo Freire, que prevê a adaptação dos conteúdos à realidade dos alunos. E utiliza um exemplo prático: no assentamento Capela, em Nova Santa Rita — onde ele reside —, nenhum dos professores é ligado ao movimento. Para ele, o fechamento das escolas itinerantes é resultado de perseguição política:

— Nas escolas particulares, os professores dão aula de religião para todos os alunos, mesmo os que não são religiosos, e ninguém fala nada. O fechamento das escolas itinerantes é uma briga do Ministério Público contra os pobres.

humberto.trezi@zerohora.com.br

Al
assit
a t
em
cobert
lona:
Cag

Anexo L

10 | Política >

ZERO HORA > QUARTA | 8 ABRIL | 2009

Ligue
103 25

Embora aliados de diferentes partidos alertem o governo de que não conseguirão aprovar nenhum projeto polêmico na Assembleia, a equipe que trabalha nas mudanças nos planos de carreira dos servidores está próxima de concluir a minuta a ser discutida com a população.

Lua-de-mel com prefeitos

Não estava na agenda, mas a governadora Yeda Crusius fez questão de participar do encerramento do encontro de prefeitos organizado pelo Palácio Piratini. Ontem à tarde, Yeda voltou ao Hotel Embaixador e pediu ao secretário de Relações Institucionais, Celso Bernardi, que abrisse espaço para os prefeitos falarem. Cinco deles – entre os quais Orlando Desconci (PT), de Santa Rosa – manifestaram-se. Dos 497 municípios, 387 se credenciaram para o encontro.

Pressão pelo piso regional

Sem conseguir vaga na agenda do chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel, para tratar do piso regional, o deputado Heitor Schuch reclamou:

– Ando com saudades do Busatto. Ele pelo menos nos recebia para discutir.

Cézar Busatto não só recebia, como convenceu a governadora a encaminhar em 2008 um aumento superior ao admitido pelos empresários. Agora, os sindicatos pleiteiam reajuste de 12,05%, o mesmo do salário mínimo nacional.

Schuch avisa que se o governo não mandar a proposta para a Assembleia até o dia 29 de abril, data de uma sessão solene do Dia do Trabalho, os sindicatos usarão a tribuna para fazer críticas.

Página 10



ROSANE DE OLIVEIRA
rosane.oliveira@zerohora.com.br

com VIVIAN EICHLER
vivian.eichler@zerohora.com.br

3218-438

Escolas e presídios

Quem propôs a transformação de escolas desativadas pelo governo do Estado em presídios ou albergues do regime semiaberto não conhece lições elementares de marketing nem o manual de sobrevivência na selva política. O Estado precisa de escolas e precisa de cadeias (mas) a simbologia de substituir uma pela outra é fatal numa

campanha eleitoral. Nem um gênio conseguirá tornar palatável a ideia, mesmo que venha diluída no meio de outros prédios públicos que estão sem uso.

A Secretaria da Educação vem fechando escolas com o argumento de que houve redução no número de alunos – pelo êxodo rural e pela queda da natalidade –, é preciso

racionalizar os recursos e não se pode manter uma instituição funcionando com meia dúzia de alunos. É uma decisão gerencial defensável, desde que se garanta acesso à educação a todas as crianças e se assegure o transporte até a escola mais próxima. O problema é que nem todas as escolas fechadas tinham só meia dúzia de alunos.

O Cpers transformou o fechamento de escolas em uma de suas principais armas na propaganda contra o governo. E passou a difundir a frase “Este é um governo que fecha escolas e abre presídios”, como se abrir vagas no sistema penitenciário fosse criminoso. Se fosse verdade que o governo “fecha escolas e abre presídios”, o Estado não teria um déficit

superior a mais de 10 mil vagas, e os presos não viveriam nas condições sub-humanas que vivem no Presídio Central e em outros estabelecimentos penais. Infelizmente, são necessárias mais vagas nos presídios porque a criminalidade é crescente.

A secretária Mariza Abreu diz não haver uma proposta concreta de transformação de escolas desativadas em presídios ou albergues (mas) que o governo está aberto a propostas dos municípios para usar os prédios em projetos de educação, como escola técnicas, ou de outras áreas. Em Soledade, por exemplo, uma escola desativada deverá ser transformada em Centro de Atendimento a Jovens Drogados.

A reação de Fernando Henrique Cardoso ao elogio de Barack Obama ao presidente Lula, lembrando que derrotou duas vezes o “político mais popular da Terra”, sugere que, apesar de ter a bagagem intelectual, a vaidade o impede de lidar com o sucesso de seu sucessor.

! Não é pacífica entre os líderes do Democratas, a candidatura de Paulo Feijó a governador.

ALIÁS

Presidida pelo PE mas dominada pelo PT, a Comissão de Educação da Assembleia tem apertado o governo ao exigir solução para as “escolas de lata” e para os filhos de sem-terra. Agora, vai debater a transformação de escolas desativadas em presídios.



Foto: O Estado do Rio Grande do Sul

Para “sair vivo”

Na audiência, Gilberto Thums disse que o TAC será reavaliado por uma comissão de promotores da área da Infância considerados neutros, ou seja, que nunca se posicionaram contra ou a favor do MST. Os trabalhos serão também acompanhados por integrantes da Secretaria de Educação, do Conselho Estadual de Educação e do setor de ensino do MST.

Thums diz que a solução encontrada é “democrática”, mas não mudou de opinião em relação ao movimento e às escolas itinerantes.

– Foi a forma que eu encontrei para sair vivo de lá. Eram 500 contra um – ironizou.

Causa perdida

Crítico ferrenho do MST, Gilberto Thums anunciou ontem seu afastamento de causas que envolvem o movimento. Afirma que há uma disposição no Ministério Público de não alimentar conflitos e que aproveita a mudança na chefia do MP para se afastar.

– O MP está num momento de acabar com radicalismos, então é um momento adequado para essa decisão. Estou passando adiante. A minha causa é perdida.

E acrescentou:

– Meter com esse pessoal é colocar a mão num vespeiro, e estou colocando a mão no sino. As escolas meem no centro nervilgico do movimento. É suicida a posição de quem lutar contra. Só vão lembrar do meu nome no dia em que o país pegar fogo.

VITÓRIA DO MST

O plenarinho lotado de simpatizantes do MST fez com que o procurador de Justiça Gilberto Thums (E) acabasse ontem uma sugestão dos deputados Dionisio Marcon e Raul Pont, ambos do PT, para solucionar o impasse sobre o fechamento das escolas itinerantes.

Em uma audiência pública de duas horas e meia de duração da Comissão de Educação da Assembleia, Thums – mentor do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que orientou

o governo do Estado a fechar as escolas – reconheceu a possibilidade de revisão da medida.

Cerca de 200 crianças afetadas pelo fechamento das escolas foram convidadas pelo presidente da comissão, deputado Mano Changes (PP), a se sentarem em frente à mesa de debates.

Pelo menos 140 crianças de escolas itinerantes deixaram de estudar pela dificuldade de locomoção até uma instituição de ensino.

Anteça-se ao lançamento e tenha muito mais vantagens.

Alpha Cupa

2 e 3 DORMS
com sacada, suite e churrasqueira

PRÉ-LANÇAMENTO JUNTO À PUC

VISITE OS DECORADOS
Rua Cristiano Fischer, 2138
www.arquisul.com.br

EMPRESA DO GRUPO
PREFEITURA DE JARUÍ

Arquisul